

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEX DALASTRA FREITAG

POTENCIAL TURÍSTICO DO SÍTIO VANESSA – MORRETES,
PARANÁ.

MATINHOS

2016

ALEX DALASTRA FREITAG

POTENCIAL TURÍSTICO DO SÍTIO VANESSA – MORRETES,
PARANÁ.

Monografia apresentada como requisito
parcial para conclusão do Curso de
Tecnologia em Gestão e Turismo,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Ernesto
Brambatti

MATINHOS

2016

ATA FINAL DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e dois dias do mês junho de 2016, às 15:00 horas na sala 25 A da UFPR – Setor Litoral reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pelos professores Dr. Marcos Luiz Filippim e Dr. José Pedro da Ros, sob a presidência do professor Dr. Luiz Ernesto Brambatti. O Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da UFPR de autoria do aluno Alex Dalastra Freitag, sob o título: “*POTENCIAL TURÍSTICO DO SÍTIO VANESSA – MORRETES, PARANÁ*”. O conceito atribuído foi: APL. O aluno terá o prazo de 15 (quinze) dias para fazer as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final impressa em capa dura e digital em CD com arquivo em PDF com a inserção da cópia da Ata nas duas versões, conforme normas ABNT para a Assessoria da Câmara.

Matinhos, 22 de junho de 2016.



Professor Dr. Luiz Ernesto Brambatti

Professor Dr. Marcos Luiz Filippim

Professor Dr. José Pedro da Ros

Alex Dalastra Freitag

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Alaercio da Costa Freitag e Alice Dalastra Freitag;

À Dona Josefa Pereira e Ednilson Pereira, do Sítio Vanessa, por disporem do seu tempo e atenção;

A oportunidade de ter estudado na Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral;

Aos meus professores que colaboraram com seu tempo, conhecimento e experiências;

Aos professores

Em especial ao professor doutor Luiz Ernesto Brambatti por me ensinar a arte de promover sonhos.

“Caminha e o caminho se abrirá”.

Gassho.

RESUMO

Neste trabalho, realizou-se estudos documentais sobre o potencial turístico do sítio Vanessa, quanto à sua proximidade com o Parque Estadual do Pau Oco e a Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar, antiga Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi. Sua localização privilegiada sendo a última propriedade da Estrada do Anhaia, o antigo Caminho Colonial do Arraial, que ligava duas grandes zonas auríferas a do rio Cubatão e a do Arraial, foram fatores históricos definitivos para que realizássemos a pesquisa referente aos possíveis usos do solo, pelo sítio estar em partes, localizado em Área de Preservação Permanente. A legislação vigente sobre os usos limitados foi assimilada à pesquisa, entrando em acordo com os conceitos de ecoturismo e turismo rural. Realizou-se visitas ao sítio Vanessa com o objetivo de enumerar dentro as práticas possíveis de aplicabilidade e as cabíveis de melhorias para sua aplicação, e também realizar um reconhecimento da área e levante documental, com informações diretas dos proprietários animados em empreender no turismo.

Palavras-Chave: ECOTURISMO, TURISMO RURAL, MORRETES.

ABSTRACT

In this work, there was documentary studies on the tourism potential of Sítio Vanessa, as to its proximity to the State Park of Pau Oco Park, and the Environmental Protection Area of Serra do Mar, former Special Area of Tourist Interest Marumbi. Its prime location being the last property of the Road Anhaia, the former Caminho Colonial do Arraial , linking two major auriferous zones the river Cubatão and the river Arraial, were definitive historical factors for us to perform research related to possible land uses, the site be in parts, located in Permanent Preservation Area. The current legislation on limited use has been assigned to research, coming to terms with the concepts of ecotourism and rural tourism. It was held visits to Sítio Vanessa in order to enumerate within the possible practical applicability and the necessary improvements to their application, and also carry out a reconnaissance of the area and document lift, with direct input from animated owners to undertake tourism.

Keywords: Ecotourism, Rural Tourism, Morretes.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEIT – AREA ESPECIAL DE INTERESSE TURÍSTICO

APA – AREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

APP – AREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

PE – PARQUE ESTADUAL

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1: ANTIGO TRAÇADO DA ESTRADA DO ARRAIAL.....	11
MAPA 2: PRINCIPAIS CAMINHOS COLONAIIS E VIAS DE ACESSO À MORRETES.....	11
MAPA 3 ESBOÇO DO TAÇADO DA PROPRIEDADE.....	19
MAPA 4: PLANTA BAIXA DA PROPRIEDADE.....	20
MAPA 5 DELIMITAÇÃO DA AREA ESPECIAL DE INTERESSE TURISTICO DO MARUMBI.....	23
MAPA 6: IMAGEM AMPLIADA DOS LIMITES DA ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE TURISTICO DO MARUMBI.....	24
MAPA 7: SITUAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO NO CONTEXTO REGIONAL INDICANDO AS LOCALIDADE AMOSTRADAS. 1. FAZENDA THÁ; 2 MANACAIS DA SERRA; 3 RECANTO MÃE CATIRA; 4 CORVO; 5 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA; 6 PORTO DE CIMA.....	27

LISTA DE FOTOS

1 JOSEFA E FELISBINO _____	21
2 FOLDER MODELO DE DIVULGAÇÃO DO SÍTIO VANESSA _____	22
3 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO SITIO VANESSA _____	25

LISTA DE TABELAS

1 FLUXO DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAR DO PAU OCO-2014__28

2 FLUXO DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAR DO PAU OCO-2013__29

3 FLUXO DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAR DO PAU OCO-2011__29

4 FLUXO DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAR DO PAU OCO-2010__29

5 FLUXO DE VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAR DO PAU OCO-2009__29

ANEXOS

1 DECRETO DE CRIAÇÃO PARQUE ESTADUAL DO PAU-OCO_____	38
2 DECRETO DE CRIAÇÃO DA ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE TURÍSTICO DO MARUMBI_____	39
3 DECLARAÇÃO DE POSSE_____	45
4 SOLICITAÇÃO DE DOMÍNIO DO IMÓVEL_____	46
5 LISTA DE ESPÉCIES DE AVES REGISTRADAS NA AEIT DO MARUMBI_	50
6 QUADRO COMPARATIVO ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL_____	54
7 QUADRO COMPARATIVO ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL _____	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
JUSTIFICATIVA	2
OBJETIVO GERAL	3
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
METODOLOGIA	4
CAPÍTULO I	5
CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL	5
1.1 HISTÓRICO E CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE MORRETES	5
1.2 O PARQUE ESTADUAL DO PAU-OCO	7
1.3 ESTRADA COLONIAL DO ARRAIAL, ATUAL ESTRADA DO ANHAIA	8
CAPÍTULO II	12
SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA	12
2.1 TURISMO RURAL	12
2.2 ECOTURISMO	14
2.3 O QUE É POTENCIAL TURÍSTICO?	15
2.4 LEGISLAÇÃO DE USO DE ÁREAS PROTEGIDAS	16
CAPÍTULO III	18
DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	18
3.1 SÍTIO VANESSA - ESTUDO DE CASO	18
3.2 SÍTIO VANESSA – AÇÕES PROPOSTAS	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
SITES CONSULTADOS	37
ANEXOS	38

INTRODUÇÃO

Escrevendo sobre o ecoturismo e turismo rural é necessário entender-se as suas diferentes significações. Para o homem urbano, são as atividades recreativas, seu contato e interação no ambiente natural e rural. Já para o homem rural, é uma alternativa de renda, de desenvolvimento e interação com outras perspectivas comerciais. Para ambos, é um momento onde duas visões de mundo paralelamente diferentes entram em contato. O banal do cotidiano do homem rural é o atrativo, bucólico e surpreendente para o homem urbano.

Aliado a esta troca de experiências, o aprendizado ambiental, a valorização do patrimônio natural e sua conservação, eleva e agrega valor à experiência turística, promovendo sua conservação e aumento de renda para o proprietário.

O turista não consome somente a estrutura de lazer, consome a experiência de vivenciar algo exclusivo, entrar em contato consigo mesmo, recarregar as energias, reconectar-se à natureza e suas origens.

No patrimônio natural, a paisagem é o principal atrativo, a originalidade, a imaculabilidade da natureza, a flora e fauna silvestres no meio rural, apesar das modificações pelo laboro, é o procurado por estar ainda preservado.

Além da contemplação da natureza, de redescobrir suas origens, de reencontrar-se e perceber-se como parte da natureza, o homem urbano busca nestes ambientes também, alimentos mais naturais, de uma origem naturalmente primária, o comer “direto da fonte”. Neste sentido,

(...) o rural, além de produzir alimentos, passa a ser visto como um espaço multifuncional, entre as quais a função de acolher as populações urbanas. O turismo rural torna-se um fator de transformação da família e da comunidade, sem deixar de ser uma atividade econômica, que é a sua essência (ALMEIDA, 2002, p. 165)

A gastronomia local, junto com produtos artesanais e regionais, e o artesanato, são aliados importantes do atrativo.

No mundo industrializado, produtos estão cada vez mais instantâneos e artificiais aumentando a distância entre a real natureza do produto e o consumidor, perdendo-se a ligação da origem dos alimentos. Não sabemos mais de onde vem o que se consome. Ao consumir um prato típico de

gastronomia local, uma comida caseira, consome-se também a história, a cultura e costumes por trás do prato. Onde as palavras não conseguem expressar, onde costumes e hábitos são diferentes, a refeição torna-se uma ponte entre diferentes mundos.

Todos esses fatores procurados no meio rural, não podem estar desconectados dos conceitos sustentabilidade, oriundos da conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio 92, utilizando os recursos de forma renovável, não exaurindo os não renováveis, assegurando o patrimônio para futuras gerações. O turismo rural, ecologicamente correto e mais sustentável é o que se procura.

O município de Morretes é conhecido regionalmente por sua história, personalidades e artistas, cultura, belas paisagens e principalmente por sua gastronomia tradicional, o barreado e sua cachaça internacionalmente reconhecida. Segundo o site Agencia Sebrae de Noticias, a cachaça Porto Morretes foi premiada com medalha duplo ouro no Concurso Mundial de Bruxelas – Spirit Selection. Como todas as cidades, Morretes é feita de pessoas, em sua maioria produtores rurais. O turismo já é uma realidade consolidada no centro histórico da cidade.

Através deste trabalho, propõem-se elucidar o potencial turístico onde não há visibilidade. Anteriormente, a estrada do Arraial/Anhaia foi uma das principais vias de acesso para Curitiba e Campos Gerais. Depois de várias disputas burocráticas com Antonina, foi a Estrada da Graciosa, pertencente à esta última, que recebeu benfeitorias da coroa e tornou-se a principal via de acesso do litoral para Curitiba. A Estrada do Colonial do Arraial, atual Anhaia, bem como os moradores da sua extensão, caíram no esquecimento de aproximadamente 300 anos.

A última propriedade da estrada, a mais afastada da cidade é o objeto do nosso estudo.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se este trabalho com argumentos de que o Ecoturismo está expansão no Brasil e no mundo, e que a Área de Proteção Ambiental do Marumbi, e o agregado de seus Parques Estaduais, em especial o Parque

Estadual do Pau-Oco, contabilizando a exuberância dos seus recursos ambientais e paisagísticos, bem como a beleza cênica, tem atraído exponencialmente muitos visitantes. A pergunta que norteou este trabalho de conclusão de curso, foi: a localização do sítio Vanessa, detém potencial turístico para que o ecoturismo ou turismo rural seja desenvolvido na propriedade? Essa questão surgiu da percepção de que o sítio Vanessa é a última propriedade da Estrada do Anhaia, antigo Caminho Colonial do Arraial, e faz divisa com o Parque Estadual do Pau Oco, localizado nas bacias do Rio do Padre e Rio do Pinto. Segundo o Código de Ética Mundial do Turismo, no artigo 3.5 (1999):

Art. 3.5: O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

Nos capítulos seguintes, será discutido mais detalhadamente esta natureza enriquecedora do ecoturismo.

OBJETIVO GERAL

Estudar e verificar as possibilidades do uso e o potencial turístico do Sítio Vanessa – Morretes/PR.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos têm-se:

- Caracterizar o Sítio Vanessa e seus recursos histórico-culturais e naturais como um atrativo turístico
- Discutir a aplicação dos segmentos de Ecoturismo e Turismo Rural como modelo de desenvolvimento turístico no sítio Vanessa;
- Conhecer as restrições quanto ao uso da propriedade segundo a legislação ambiental vigente.

METODOLOGIA

O levantamento de dados do sítio Vanessa, do Parque Estadual do Pau Oco, e da estrada colonial do Arraial foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e sítios eletrônicos. Após o levantamento de informações, foram efetuadas visitas in loco; consultas a especialistas multidisciplinares, além de conversas informais com funcionários do Instituto Ambiental do Paraná, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Turismo de Morretes, empreendedores no turismo, e enfim, com os proprietários do sítio.

Propõe-se analisar o potencial turístico do sítio Vanessa, compreendendo as possíveis limitações do uso da propriedade devido sua proximidade com o Parque Estadual do Pau Oco e a Área de Preservação Ambiental da Serra do Mar, antiga Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, e por estar em área de preservação permanente, realizando um diagnóstico, sugerindo melhorias em instalações existentes e posteriores inovações.

Posteriormente, os dados levantados foram reunidos numa sequência lógica para facilitar o entendimento.

CAPITULO I

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

1.1 HISTORICO E CONSTITUIÇÃO DO MUNICIPIO DE MORRETES

A população de Morretes tem cerca de 15.718 habitantes, e a sua área é de seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta quilômetros quadrados (684,580 km²).

O nome do município, originou-se do fato de estar a Cidade cercada por morros de pequena elevação e que eram denominados de Morretes.

Os primeiros moradores de Morretes foram faiscadores motivados pelas descobertas de jazidas de ouro na região, vindos em sua maioria de Vilas e povoações paulistas, em 1646.

O ouvidor Rafael Pires Pardinho, determinou à Câmara Municipal de Paranaguá em 1721,, que medisse e demarcasse 300 braças em quadra, assim fundando oficialmente a povoação de Morretes.

Segundo VIEIRA (1851), João de Almeida, em 1725, junto com sua família, instalaram uma vivenda, autorizado pela comarca de Paranaguá, situado nas 300 braças de terra para promover a povoação de Morretes.

Em meados do século XVIII, o Capitão Antonio Rodrigues de Carvalho e sua esposa, Dona Maria Gomes Setúbal, naturais de Paranaguá, passaram a residir no povoado de Morretes, período em que foi construída uma capela, em homenagem à Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes.

Em 21 de julho de 1769, o padre Francisco de Meira Calassa abençoou a capela morretense.

Desde então, Morretes teve um grande crescimento, com comercio fortalecido ao ponto de referência obrigatória aos viajantes de serra acima e rio abaixo. O progresso do povoado provocou certa rivalidade com Paranaguá, que chegou ao cúmulo de proibir que,

... os comércios de fazendas secas de lojas em Morretes", por ordem do ouvidor da Capitania no ano de 1780. No ano seguinte, a proibição

foi revogada por ordem de Dom Martin Lopes Saldanha - governador-general da capitania. (MARTINS, 1944, p. 132)

No período de 1811 a 1832, o comércio e também a indústria, em particular a indústria de erva-mate e aguardente, empresários parnanguaras instalaram em diversos pontos de Morretes, engenhos de beneficiamento de erva mate, movidos a força hidráulica ou tração animal.

Em 1811, a povoação foi elevada à categoria de Freguesia e, em 1841 à categoria de Vila.

Pela Lei provincial Nº 016 de 1º de março de 1841, foi elevada a categoria de município, sendo desmembrada de Antonina e instalado em 05 de junho do mesmo ano.

Pela lei provincial n.º 32, de 07-04-1855, é criado a freguesia de Porto de Cima e anexado a vila de Nhundiaquara.

Em 24 de maio de 1869, pela Lei providencial Nº 188, passou a denominar-se Nhundiaquara (NHUNDIA: peixe, jundiá e QUARA: empoçado, buraco), e recebe os foros da cidade.

Voltou-se a denominar Morretes, atual denominação oficial do município pela Lei nº 227 de 7 de abril de 1870,.

Pela lei provincial n.º 294, de 07-03-1872, desmembra da vila de Morretes a freguesia de Porto de Cima. Elevado à categoria de vila.

A chegada da Estrada de Ferro Paraná ao litoral, iniciando seu tráfego em 1885. Segundo Picanço e Mesquita (2012), com a diminuição das explorações auríferas, o comércio foi prejudicado, Morretes estagnou, retraindo seu centro comercial, afetando o município como um todo.

Pelo decreto n.º 2439, de 05-12-1931, o município de Porto de Cima é extinto e anexado ao município de Morretes, sendo constituído de 2 distritos citados acima, permanecendo em divisão territorial datada até 14-V-2001

1.2 O PARQUE ESTADUAL DO PAU-OCO

Criado com o objetivo de disciplinar e controlar a ocupação do solo, proteger os recursos naturais renováveis, as paisagens, as localidades e os acidentes geográficos naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer, o Parque Estadual do Pau Oco é Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi. Compreende grande parte da Serra do Mar, abriga um elenco de atrações como: Estrada da Graciosa; Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba; Mananciais da Serra; Caminhos da Graciosa, do Arraial, do Itupava e da Cachoeira; e parte da represa do Capivari, numa área que abrange outros municípios do Litoral e Região Metropolitana de Curitiba. Localiza-se no Parque Estadual do Marumbi.

Foi criado em 21 de novembro de 1994, pelo decreto nº 4.266 do governo estadual, com o objetivo de promover a preservação do regime hídrico, da flora e da fauna, totalizando uma área de 905,5820 ha (Decreto Nº 4.266 de 21 de novembro de 1994).

O parque localiza-se no final da estrada do Anhaia. As trilhas presentes levam à cachoeira do Salto da Fortuna, com aproximadamente 40 metros de queda, formando uma lagoa natural, ideal para contemplação e banho, recompensando quem se aventura em sua difícil trilha.

É possível também visitar o Caminho Colonial do Arraial, em grande parte tomado pelas árvores e ações do tempo, e a capelinha onde muitos viajantes pediam proteção.

Não há sinalização na entrada do Parque indicando a dificuldade da trilha, nem sinalizações internas de orientação, bem como a sinalização indicativa do histórico Caminho Colonial do Arraial.

Existem trechos da trilha sem manutenção e outros de total abandono. Não há um representante do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), técnico guarda-parque ou guia para auxiliar os visitantes. O cadastro para contabilizar o fluxo de visitação é realizado informalmente pelos caseiros do posto na entrada do parque, tanto que há meses e anos inteiros sem um único registro de visitação, dificultando uma contagem exata e o manejo do parque.

Há uma discordância com o artigo 2º do Decreto nº 4.266 de novembro de 1994 (Anexo 1) que diz:

Art. 2: Compete ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, a administração do parque, bem como promover a preservação do regime hídrico, da flora e da fauna, praticando todos os atos fiscalizatórios para o fim especial de atingir os objetivos colimador no presente decreto.”

Atos de abandono como estes, culminam em um esquecimento cômodo do Parque Estadual do Pau-Oco, levando a dificultar o acesso dos visitantes, porém ainda não inviabiliza a sua visitação. Atentar quanto à imagem de apresentação do parque, é uma forma explícita de demonstrar o engajamento na preservação do atrativo.

1.3 ESTRADA COLONIAL DO ARRAIAL, ATUAL ESTRADA DO ANHAIA

A atual Estrada do Anhaia, antigo Caminho Colonial do Arraial, surgiu em meados de 1586 com a abertura do primeiro pique subindo para São José dos Pinhais, antigo Arraial Grande, para a exploração de ouro de aluvião no Rio Arraial que banhava essa colônia de mineiros, “muito florescente no final do século XVII e ainda muito povoado até 1736” (LEÃO, 1926). Leão ainda diz que “as lavras de ouro do Arraial grande foram exploradas por mais de um século, tendo atravessado períodos de prosperidade e decadência”.

Segundo Picanço e Mesquita (2012), “O caminho do Arraial ligava as duas maiores zonas auríferas, as lavras do rio Cubatão (hoje Nhundiaquara) e as lavras do Arraial, no atual município de São Jose dos Pinhais.

Com ligação à Curitiba, saindo de São José dos Pinhas, passando pelo Porto do Padre João de Veiga e Porto de cima, até Morretes, sua distância era pouco superior ao caminho do Itupava e Graciosa, porém, com inclinações elevadas e sua proximidade com o rio, dificultavam o seu trânsito. Mesmo assim como descreve Santos (1851), o tráfego de pessoas, cargas e mercadoria era intenso, levando em 28 de maio de 1827 à instalação de um pedágio pelo então ouvidor geral e corregedor interino da comarca de Paranaguá e Curitiba Joaquim Teixeira Peixoto, que nomeou Theodoro Ferreira Martins como administrador e Antonio Vieira dos Santos como Tesoureiro da Caixa de Contribuição. Quatro meses depois, Antonio Vieira dos Santos,

encaminhou um ofício ao Ouvidor Geral, para notificá-los dos valores arrecadados e pedidos de melhorias na estrada do Arraial, que por cobrar pelo tráfego, estava recebendo reclamações dos que por ela passavam.

Somente em 1854, o Tenente-Coronel Engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, contratado pelo Governador Conselheiro Zacarias Goés e Vasconcelos, visitou a estrada do arraial (MAPA 1) para realizar um diagnóstico de uma possível melhoria e investimento (SANTOS, 1851).

Seu parecer foi muito negativo, conforme seu relato:

Em Serra Acima parte dela percorre longitudinalmente o leito de dois ribeirões, o que é um defeito notável, porque na ocasião das enchentes, não há meio de operar o transito em semelhante paragem. Na Serra tem declives de 28^o. Para chegar dali até a planície inferior, deve-se percorrer uma morraria enfadonha como o é a Cabrestante' (Henrique Beaurepaire Rohan apud MARTINS 1939, p 132).

O Tenente-Coronel Engenheiro também realizou uma visita ao Caminho do Itupava, pois este tinha um maior fluxo que do Arraial. Mesmo assim, o que observou em sua incursão, lhe fez relatar que o caminho do Itupava:

Precipita-se pelo costão do Cadeado e apresenta declives até de 40° e os zig-zags que nela se observam e que se multiplicam de alto abaixo são um testemunho da imperícia dos que a delinearam ou um monumento de miséria dos tempos que se construiu essa obra admiravelmente má. Entretanto é por ela que transita a maior parte das tropas viandantes que fazem o comercio entre a Serra Acima e o litoral, dato de que poderão duvidar os vindouros, quando a construção de uma estrada regular oferecer ao comercio uma descida em que se observem todos os preceitos da arte. (Henrique Beaurepaire Rohan apud MARTINS, 1939, p 130).

Com a ordem para o início da construção da estrada da Graciosa, os moradores de Morretes ficaram insatisfeitos, pois a estrada ligaria o primeiro planalto até Antonina sem passar por Morretes, gerando prejuízos para os comerciantes.

Segundo Brambatti, Alves e Freitag (2012), Paranaguá posicionou-se à favor de Morretes, preferindo que as cargas, animais e mercadorias, bem como viandantes, descessem a serra pelos caminhos do Itupava e Arraial, seguindo para exportação pelo do Porto de Paranaguá. Sentindo-se prejudicados,

[...]os morretenses alegavam que o interesse em fazer o Caminho da Graciosa fosse a principal ligação entre o planalto e o litoral era somente de Antonina, pois este caminhos passava a quase duas léguas de Morretes, os viajantes por sua vez, utilizando este caminho,

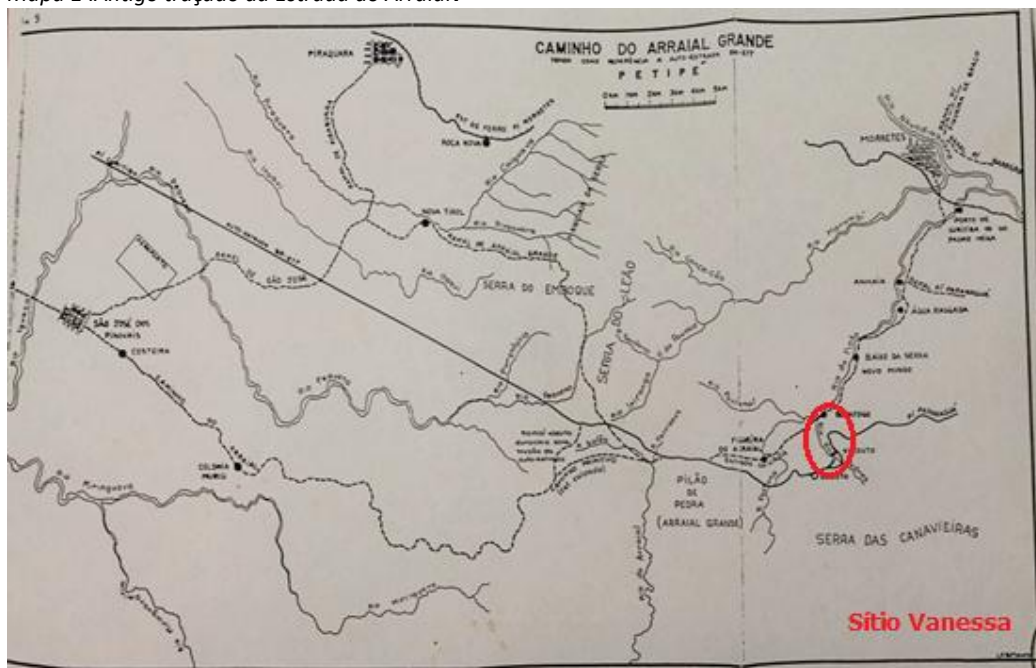
abasteciam-se em Antonina, gerando prejuízo para Morretes e Porto de Cima. (BRAMBATTI, ALVES e FREITAG, 2012)

Mesmo com a disputa pelas melhorias da estrada perdida para Antonina, Morretes continuou se desenvolvendo como vila, para Picanço e Mesquita (2012), reunindo a população que estava dispersada pelas antigas áreas de lavra, a urbanização surgiu como um ordenador do território, modificando o contexto econômico original. Então,

A nova vila surge e se desenvolve, no final do século XVIII, como entreposto de mercadorias entre o litoral e os Campos de Curitiba, através dos portos de Paranaguá e Antonina, via os novos caminhos de Itupava e da Graciosa. (PICANÇO e MESQUITA, 2012)

Como a exploração de recursos não renováveis tem um início e um fim,, levando em consequência por vezes até o abandono de cidades inteiras, as lavras de outros do Arraial Grande acabaram.

Mapa 1 :Antigo traçado da Estrada do Arraial.



Fonte: Arquivo Histórico Mirtilo Trombini - Morretes - reprodução e marcação Alex Dalastra Freitas.

Atualmente parte da estrada é utilizada pelos moradores. O trecho da Serra está abandonado e é utilizado apenas pelos moradores, excursionistas e cicloturistas. Alguns trechos da antiga estrada ainda são visíveis na mata.

Mapa 2 : Principais caminhos coloniais e as vias de acesso a Morretes



Fonte: site www.nossolitoral.com.br

CAPÍTULO II

SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA

2.1 TURISMO RURAL

Não há marcos históricos precisos que datem o turismo rural como atividades recreativas no Brasil, porém Rodrigues afirma que, as primeiras iniciativas oficiais[...] se deram no município de Lages, localizado na fazenda Pedras Brancas a qual em 1986, atividades ofertadas foram participação no trabalho, passeio a cavalo e pernoite.

Porém é preciso definir claramente o turismo rural. Rodrigues (2001) definiu dois tipos sendo o primeiro turismo rural tradicional, de origem agrícola, e colonização europeia, onde o grande atrativo são as instalações e o patrimônio arquitetônico. O segundo como turismo rural contemporâneo, que entra como alternativa ao turismo de sol e praia.

O Turismo rural está correlacionado às atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural. Diferenciando-se nesses casos, das áreas cuja nuance persistente é o seu grau de naturalidade [...] onde a natureza encontra-se ainda bastante preservada (RODRIGUES 2001).

Já para Tulik o turismo rural se caracteriza por

[...]uma pluralidade de práticas, uma vez que o espaço rural ganhou novas funções derivadas dos múltiplos recursos ali existentes, que proporcionaram o desenvolvimento de diversas atividades, nem sempre tipicamente rurais, mas geralmente inovadoras e ajustadas a uma demanda crescente. Num sentido mais estrito, o turismo rural tem sido visto, também, não só em toda a sua pluralidade, mas principalmente como complemento à renda agrícola e pecuária. (TULIK, 2000, p. 62)

Por definição comum, entende-se o turismo rural como conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural de uma propriedade ou comunidade.

A busca pela originalidade, por um local não massificado, livre de preocupações, leva o turista a procurar lugares que lhe proporcionam reencontro com a natureza, que o isole e desconecte do mundo, porém não totalmente.

Encantado, ele quer se perder no caminho sem perder o caminho de volta, de forma que “não restam dúvidas que os turistas comprem ilusões, ou que imagina que o lugar escolhido para passar as férias possa oferecer” (RODRIGUES 2000). Cabe aos gestores de turismo, promover estes sonhos.

Sendo a paisagem rural e o patrimônio natural o principal atrativo, a qualidade percebida será diferenciada para cada indivíduo segundo suas expectativas e vivências. Para Pires (2001, p. 118) “a percepção da paisagem é, portanto, influenciada pelas próprias características fisiológicas do ser humano, pelo seu caráter e personalidade e, também, por suas influências sociais e culturais”.

Cada indivíduo também terá uma percepção de qualidade diferente do outro. Ainda em Pires (2001, p. 123) a:

Qualidade da paisagem, sob o enfoque turístico expressa, sobretudo, os valores perceptivos e culturais, que abrangem aspectos subjetivos derivados da paisagem, tais como sensação de mistério, valor cultural, histórico e, sobretudo, cênico, e o valor naturalístico, que é o mérito de uma unidade paisagística em razão do estado de conservação dos ecossistemas que contém ou à presença de espécies animais ou vegetais notáveis ou ainda, o mérito das certas singularidades naturais relacionados a fatores geológicos, paleontológicos e outros” (PIRES 2001, p. 123).

Entretanto é necessário atentar quanto à um planejamento das atividades turísticas e recreacionais para que o contingente de visitantes não ultrapasse a capacidade nem o período de latência do atrativo, pois para Christoffoli (2006), a afluência de visitantes e turistas despreparados pode transformar as oportunidades de conhecimento ambiental em ocasiões de risco à natureza, e Portuguese (2006) ressalta ainda que o aumento do uso recreacional pode resultar em atitudes de degradação.

O trabalho de conscientização quanto a preservação ambiental, valorização do patrimônio natural e paisagístico, é de fundamental importância para que o turista desenvolva o sentimento de apropriação, cuidado e

preservação da realidade observável que o cerca. Somente ele tem o dever de preservar o que vê, para continuar desfrutando.

2.2 ECOTURISMO.

A primeira definição do termo ecoturismo, elaborada por Hector Ceballos-Lascurain em 1987 (WEARING e NEIL, 2001), afirmando ser a viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente.

A Organização Mundial do Turismo, define o Ecoturismo como:

Todas as formas de turismo em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve (OMT, 2002).

Segundo Governo de São Paulo, em Ecoturismo (2010, p 15) o ecoturismo ou turismo ecológico é um tipo de turismo que promove um maior contato do homem com a natureza e com seus habitantes para sensibilizá-lo e conscientizá-lo quanto à importância da preservação e da conservação do meio ambiente e das tradições culturais, por meio de práticas e atitudes sustentáveis.

Já LINDEBERG e HAWKINS (1995, p. 18) define que, ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que se tem de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética.

Já a definição de ecoturismo pelo Ministério do Turismo (2010) caracteriza-se como um

(...)segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação, buscando formar uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (MTUR 2010, p. 17)

Apesar das diferentes interpretações aproveitamento do termo Ecoturismo pela indústria do turismo, uma coisa é certa: “o crescente interesse

global e o aumento da prática do Ecoturismo não podem ser explicados como qualquer de muitas tendências no ramo do lazer. Pelo contrário, essa tendência reflete a mudança fundamental no modo como os seres humanos observam a natureza e se relacionam com ela”. (WEARING E NEIL, 2001, p. 1).

Sem planejamento adequado, o turismo massivo torna-se o fator degradante de inviabilização do atrativo, como Andrade e Neto afirmam que, se:

o turismo se desenvolve sem planejamento, resultando em impactos diversos aos centros receptores, comprometendo paisagem, a qualidade de vida dos moradores e a própria atividade, uma vez que a degradação dos recursos paisagísticos compromete a vocação para o turismo.(ANDRADE e NETO, 2006, p. 113) ”

A promoção do turismo brasileiro deve ter como foco a consolidação da imagem do país, priorizando experiências positivas de conhecimento, integração e valorização das riquezas naturais brasileiras para a difusão de um turismo qualificado, diversificado e sustentável.

As definições dos seguimentos apresentados, estão intimamente ligadas, gerando uma insegurança quando sua definição é uma mesclagem de conceitos. Tanto no turismo rural quanto no ecoturismo, a relação homem-natureza está presente, existindo inclusive um compartilhamento de atividades existentes nos dois seguimentos. Rodrigues (2001) definiu turismo ecorural como forma alternativa ao turismo de massa, propondo visitação de pequenos grupos dirigidos a áreas “naturais” protegidas e a espaços ditos rurais, porque suas características fisionômicas e atividades praticadas fogem dos padrões de territórios urbanos.

2.3 O QUE É POTENCIAL TURÍSTICO?

A potencialidade turística é um assunto recorrente entre o meio acadêmico. Muitos autores discutiram acerca deste tema, divergindo e convergindo em algumas questões, buscando uma definição e também uma matriz para se calcular efetivamente, através de questionários qualitativos, o potencial de um atrativo ou de um empreendimento turístico, tanto pela sua localização quanto pela sua visitação. Segundo a definição de Almeida (2006);

O potencial turístico pode ser entendido como a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente. (ALMEIDA, 2006, p. 559)

Já Cunha (2008, p 21) afirma que “as potencialidades de desenvolvimento turístico de uma localidade são função dos recursos de que dispõem mas o seu crescimento é função da capacidade de os valorizar e da criação de novos fatores de atração”. Ainda Cunha (2008, p 21), “a capacidade de atração de cada localidade depende dos recursos existentes e as potencialidades turísticas variam de localidade para localidade”.

Devido sua proximidade com o Parque Estadual do Pau Oco, que tem uma visitação frequente, e sua localização na Estrada Colonial do Arraial, pelos recursos naturais disponíveis no local, o Sítio Vanessa tem potencial turístico, porém é necessária a preparação do atrativo para receber turistas, envolvendo sinalização, identificação de recursos naturais, acesso, entre outros.

2.4 LEGISLAÇÃO DE USO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Neste trabalho, atentamos quanto à legislação relativa aos usos das Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as Áreas de Preservação Permanente (APP). A diferenciação entre ambas se faz necessária, para entendermos suas particularidades, restrições e limitações de uso.

Por definição da Lei Federal N°9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000, no Artigo 15 dispõem:

Art. 15: A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Nos anexos 6 e 7, podemos identificar as principais diferenças entre as unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável. Dentro APA de uso sustentável, pode haver ocupação humana e áreas de propriedade privada, porém o uso restrito nessas áreas deve ser mais sustentável possível.

A antiga Área de Especial de Interesse Turístico (AEIT) do Marumbi tornou-se a Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar.

Já a definição de Área de Preservação Permanente (APP), segundo a LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, artigo 3º inciso II :

Art.3º, inciso II: Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; inciso VII - manejo sustentável: administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços;

Art. 11. Em áreas de inclinação entre 25º e 45º, serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agronômicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social”

Compreendendo as definições de APP, identificando que o sítio Vanessa tem em parte inclinações entre 25º e 45º, conclui-se que seu uso, em alguns espaços, é restrito, sendo permitido manejo florestal sustentável.

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

3.1 SÍTIO VANESSA – ESTUDO DE CASO

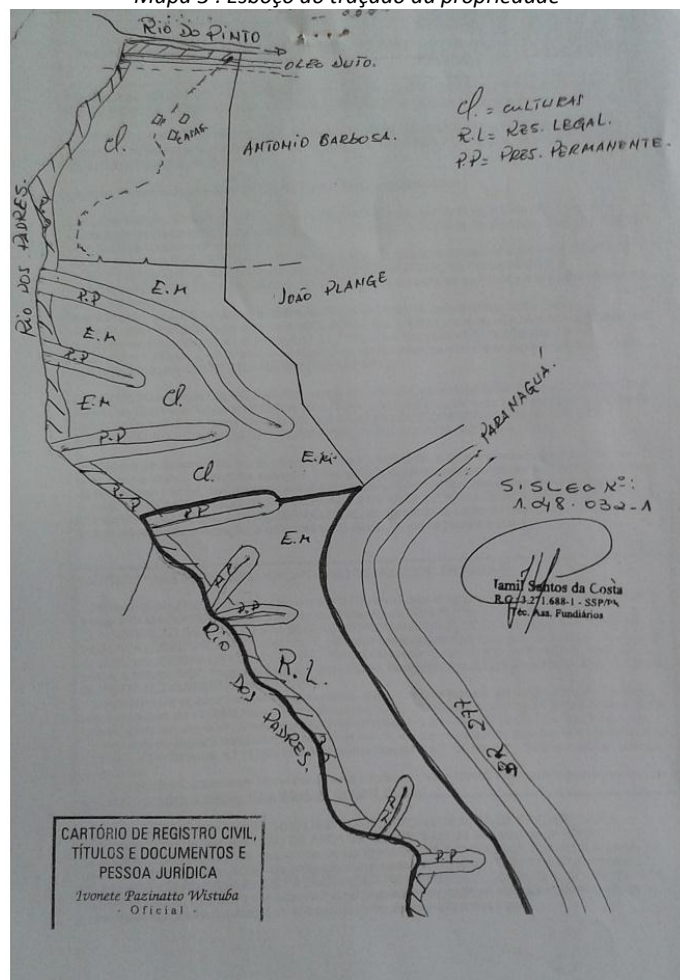
O Sítio Vanessa foi uma propriedade de posse declarada (anexo 3) que durante muitos anos pertenceu à família Pereira. Em 26 de junho de 2004 é que, Ednilson Pereira, filho caçula de dona Josefa Pereira, entrou com o processo de usucapião para requerer o registro legal da área de rural (mapa 3) de sua família, segundo a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Art. 1.238, do Código Civil,

Art. 1.238: Aquele que por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título de boa fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença a qual servirá de título para o registro no cartório de Registro de Imóveis.

Paragrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

Somente em 12 de julho de 2014, o juiz de Direito Fernando Adriolli Pereira, Comarca de Morretes, PR, nos Autos de usucapião n. 186/2004, defere a sentença em favor dos requerentes proprietários do Sítio Vanessa (anexo 4). A partir deste momento, são empregadas iniciativas por parte de Ednilson e família, voltadas ao turismo.

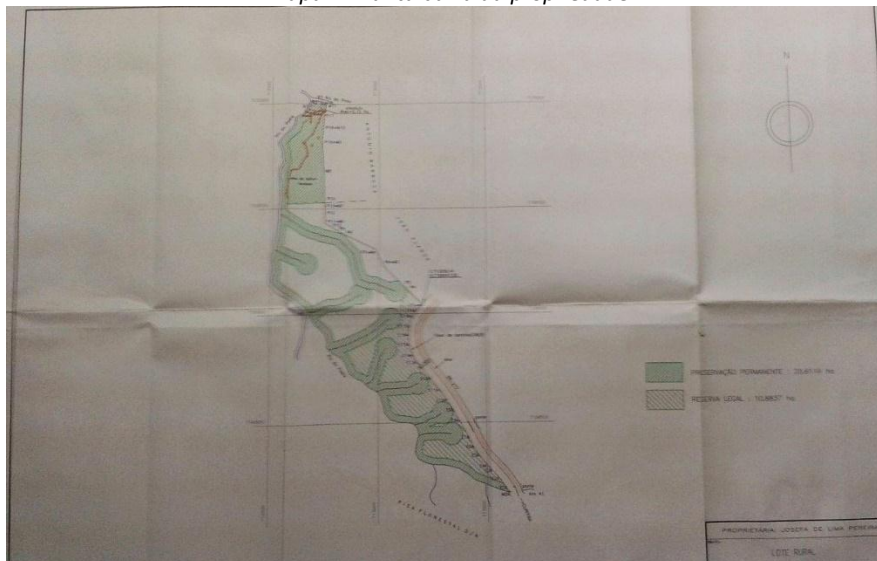
Mapa 3 : Esboço do traçado da propriedade



FONTE: Cartório de Registro Civil de Paranaguá - Foto-reprodução: Alex Dalastra Freitag

O Sítio Vanessa é um lote rural situado na região de Cabrestante, na Estrada do Anhaia, antigo Caminho Colonial do Arraial, sem número, em Morretes; de dimensões poligonais, contendo a área de quinhentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trezes metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados (553.413,55m²), (Mapa 04).

Mapa 4: Planta baixa da propriedade



Fonte: Planta baixa do imóvel de Josefa de Lima Pereira - Foto-reprodução: Alex Dalastra Freitag.

Localiza-se próximo à entrada do Parque Nacional do Pau Oco; conhecido por sua visitação de turistas ecológicos, acadêmicos, ciclo-turistas e adeptos ao trekking. Em toda a sua extensão, a propriedade faz divisa a oeste com o Rio do Padre, e a frente do Sítio, ao norte, com o Rio do Pinto.

Felisbino Pereira, posseiro, nasceu em 22 de setembro de 1923 no próprio sítio, viveu sua vida na propriedade, cultivando a terra na profissão de lavrador. Aos 33 anos, casou-se com Josefa de Lima Neta, (Foto 1), e em 21 de janeiro de 1956, gerando oito filhos. Faleceu em 05 de dezembro de 1996.

Foto 1: Josefa e Felisbino Pereira

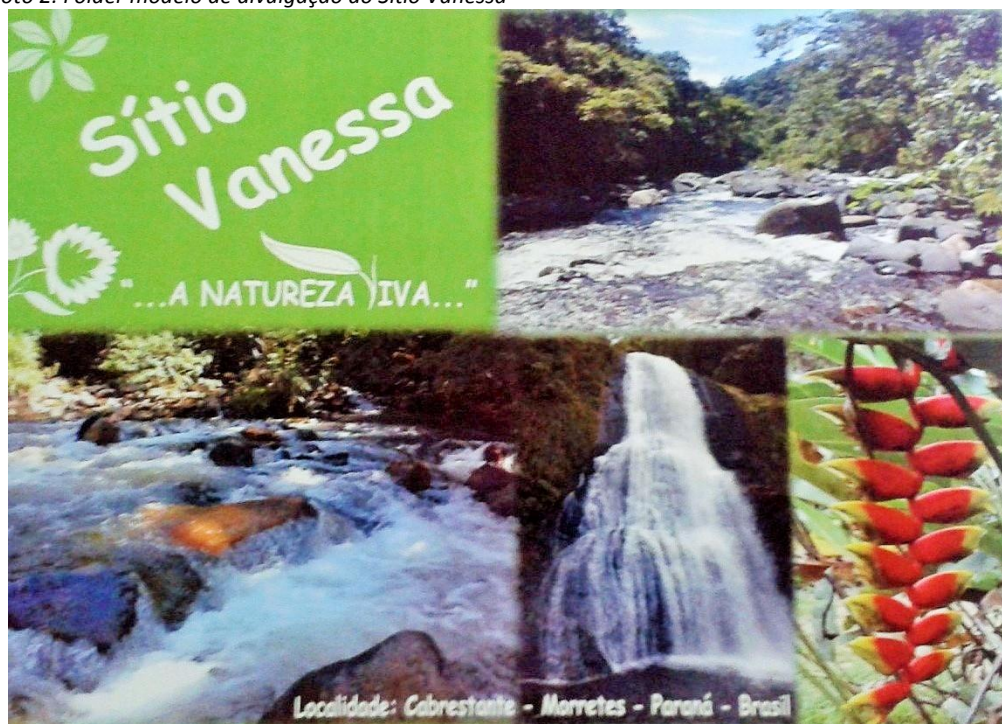


Fonte: Acervo particular da Família Pereira. Foto-reprodução: Alex Dalastra Freitag

Dona Josefa Pereira, viúva de Felisbino Pereira, é a atual proprietária. Trabalhou a vida toda de lavradora no sítio, com seu marido e seus 8 filhos. Atualmente apenas 3 deles residem com suas famílias no sítio. Os filhos agora trabalham e moram na cidade, e o único cultivo no sítio é para a subsistência.

Seu filho mais moço Edenilson Pereira, desenvolveu um folder modelo para futura divulgação, e apesar de ter interesse em empreender no turismo, (Foto 2), e muitas vezes ceder o espaço do sítio para lazer, descanso e estacionamento de veículos de visitantes do parque, não registra o número de visitantes nem cobra pelo espaço utilizado, como a área de camping e churrasco. A implantação do ecoturismo no sítio Vanessa, estaria contribuindo significativamente para a melhoria de renda e vida dos proprietários e vizinhança.

Foto 2: Folder modelo de divulgação do Sítio Vanessa



Fonte: Acervo particular da Família Pereira : Foto-reprodução: Alex Dalastra Freitag

Os caseiros cuidadores do posto avançado do parque, não tem registro fixo do número de visitantes, com vários meses e inclusive anos sem efetiva contagem, não tem remuneração por serviços prestados, como recepção e coleta de dados, o que dificulta uma precisão efetiva de visitantes, bem como um plano de manejo da trilha de acesso ao salto da fortuna do Parque Estadual do Pau Oco.

Analisando as características da propriedade, a aplicabilidade está muito próxima de tornar-se real, pois como é percebida no mapa 5, ela não pertence e não está dentro da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar, facilitando o trâmite de documentações junto ao IAP, para manejo e melhorias na propriedade.

Mapa 6: Imagem ampliada dos limites da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi




Fonte: www.iap.pr.gov.br acessado em 13/08/2015

Ampliando a imagem, podemos visualizar perfeitamente os limites da AEIT do Marumbi, APA Serra do Mar, com a propriedade de Dona Josefa Pereira, o Sítio Vanessa (Foto 3).

Foto 3: Representação gráfica do Sítio Vanessa

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR


CPF: 01466019980	Nome: JOSEFA DE LIMA PEREIRA
CPF: 76631141915	Nome: EDEMILSON PEREIRA
CPF: 72112344900	Nome: MATILDE PEREIRA
CPF: 03327548986	Nome: MARIA HELENA DO RÓCIO PEREIRA
CPF: 02830155947	Nome: JOEL PEREIRA
CPF: 57205531934	Nome: ALCIDIO PEREIRA
CPF: 35797177900	Nome: AUGUSTO PEREIRA
CPF: 67603777968	Nome: ERALDO PEREIRA

ÁREAS DECLARADAS (em hectares)

Imóvel	Imóvel

CAR - Cadastro Ambiental Rural

Página 2/3



Fonte: Cadastro Ambiental Rural Foto-Reprodução Alex Dalastra Freitag

Atualmente a área de camping dispõem de dois banheiros coletivos, duas áreas limpas para montagem de barracas de 400m², uma pérgola em construção e duas prontas e equipadas cada qual com luz elétrica, geladeira, churrasqueira mesa com bancos para dez pessoas.

3.2 SÍTIO VANESSA – AÇÕES INICIAIS PROPOSTAS

Uma das iniciativas propostas seria a ampliação da área de camping, melhorando a entrada com um centro interpretativo, para disponibilizar informações ecológicas e turísticas, registro de visitantes, realizar uma reestruturação dos serviços do camping, adequando aos princípios da sustentabilidade, como a instalação de um biodigestor na fossa séptica para tratamento de efluentes e duchas para higiene pessoal.

A possível implementação estruturação de trilhas ecológicas pela propriedade, com pontos e mirantes de observação de pássaros, em inglês o *birdwatching*, e animais silvestres, contemplação da natureza. Algo à se trabalhar, devido à inclinação propícia do sítio, bem como sua localização.

Segundo Athiê (2007), o “birdwatching” apresenta grandes vantagens como atrativo turístico, tanto em matas nativas quanto em áreas rurais com fragmentos florestais.

Amparados legalmente, encontramos ainda no artigo 3º da lei nº 12.651 de maio de 2012 no inciso X:

Art. 3º inciso X- atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:

a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável;

b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;

c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo.

A instalação deste atrativo, comparativamente com os demais, tem um preço relativamente baixo, necessitando de binóculos simples, guia impresso das aves da região ou um monitor qualificado, pois para Athiê (2007) pode promover um desenvolvimento econômico expressivo (através da geração de empregos e diversificação da economia local). Além disto, é uma ferramenta de educação ambiental e de conservação da biodiversidade, já que favorece a consciência ecológica dos praticantes.

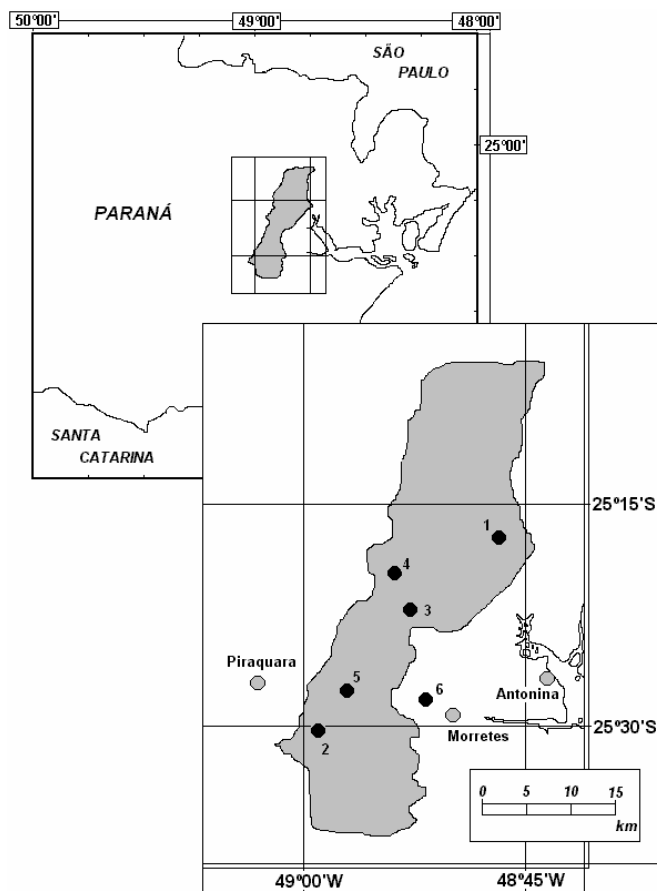
Foram registradas, na AEIT-Marumbi, 314 espécies. Para Straube (2003) o fator principal para uma ocorrência plural como esta deve-se,

[...]além da expressiva área protegida da unidade de conservação (cerca de 66 000 ha), à grande abundância de habitats, decorrente da gradação altitudinal e representação de todas as formas fitofisionômicas da floresta ombrófila densa além de parte da floresta ombrófila mista e da estepe a ela diretamente associada. (STRAUBE 2003, p 4)

As pequenas propriedades com áreas de cultivo, de pecuária extensiva e criação de lagos artificiais completam as variantes envolvidas nessa riqueza. Ainda em Straube (2003, p. 4), associada a isso está a sugestiva concentração de espécies raras ou ameaçadas de extinção presentes nessa região.

Os pontos de observação e captura da avifauna na pesquisa de Straube, podemos afirmar que toda a região da Área de Preservação Ambiental da Serra do mar, tem ocorrência próxima, quiçá a mesma de avifauna.

Mapa 7: Situação da área de estudo no contexto regional indicando as localidades amostradas. 1. Fazenda Thá; 2 Mananciais da Serra; 3 Recanto Mãe Catira; 4 Corvo; 5 Estação Ferroviária; 6 Porto de Cima



Fonte: STRAUBE, 2003.

Atividades recreativas como banhos e relaxamento no Rio do Padre e no Rio do Pinto também são cogitadas, pois suas águas estão na classificação especial de pureza, sendo consideradas próprias para estas atividades, segundo a RESOLUÇÃO CONAMA N° 20, de 18 de junho de 1986, publicado no D.O.U. de 30/7/86 sobre bio-indicadores da qualidade da água

Art. 1.º - São classificadas, segundo seus usos preponderantes, em nove classes, as águas doces, salobras e salinas do Território Nacional: ÁGUAS DOCES 1 - Classe Especial - águas destinadas: a) ao abastecimento doméstico sem prévia ou com simples desinfecção; b) à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas. II Classe I - águas destinadas: a) ao abastecimento doméstico após tratamento simplificado; b) à proteção das comunidades aquáticas; c) à recreação de contato primário (natação, esqui aquático e mergulho); d) à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de películas; e) à criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécie destinadas à alimentação humana.

A criação de uma pousada para melhor acolhida aos visitantes do PE do Pau Oco, é outra possibilidade. Porém não seria o caso, em vista os onerosos gastos com material de construção, liberações para uso do solo expedidas e cobradas pelo IAP, retorno à longo prazo, e também pelo perfil do visitante caracterizado como excursionista que “é toda pessoa que se desloca individualmente ou em grupo para um local diferente de sua residência permanente, por período inferior a 24 horas, sem efetuar pernoite” (EMBRATUR, 1992)

Tendo em vista este perfil, a melhor opção de empreendimento turístico e com potencial visto sua localização privilegiada, seria um restaurante ou café de gastronomia local. As atrações do próprio sítio, como maquinário antigo, moenda de cana de açúcar, trilhas internas na propriedade, açude para pescaria, a fauna e flora nativa, a proximidade dos rios do padre e do pinto dividindo a propriedade, torna o ambiente ainda mais agradável e receptivo.

Devido sua inclinação e a de presença de árvores altas e robustas, a opção de implementar trilhas ecológicas pela mata, trilhas suspensas e trilhas para arvorismo e até uma tirolesa estão cabíveis de estruturação como produto, para impulsionar o atrativo.

Em análise ao fluxo de visitação turística do ano de 2014(Tabela1), houve uma totalidade de 1.660 visitantes, gerando uma média mensal de 138 visitantes ao mês. Nos anos 2010 (Tabela 4), anual 1220 visitantes, com uma média de 101 visitantes mês, e em 2009 (Tabela 5), 1509 visitantes ano, sendo 125 a média mensal. Percebe-se que o maior fluxo de visitas, ocorre durante o verão onde comprovam uma paridade sazonal à temporada de veraneio no Litoral do Paraná, dos meses de agosto à fevereiro, e menor fluxo nos meses de março à julho, conforme a tabelas respectivas.

Tabela 1: Fluxo de visitação do Parque Estadual do Pau Oco 2014

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
196	272	95	78	46	13	70	151	79	251	223	186	1660

Média aproximada de visitantes:138 mês.

Tabela 2: Fluxo de visitação do Parque Estadual do Pau Oco 2013

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
---	---	134	130	---	---	---	---	---	---	---	---	264

Média aproximada de visitantes: 2 mês.

Tabela 3: Fluxo de visitação do Parque Estadual do Pau Oco 2011

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
187	146	54	124	21	33	38	32	---	---	---	---	635

Média aproximada de visitantes: 53 mês

Tabela 4 Fluxo de visitação do Parque Estadual do Pau Oco 2010

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
119	361	41	133	89	96	58	97	173	53	---	---	1220

Média aproximada de visitantes: 101 mês.

Tabela 5: Fluxo de visitação do Parque Estadual do Pau Oco 2009

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
153	192	168	182	118	24	40	40	127	178	162	125	1509

Média aproximada de visitantes: 125 mês.

Percebe-se que nos anos 2012 e 2015 não houve o registro, e quando por vezes ocorreu, foi feito parcialmente. Em contato com representantes do Instituto Ambiental do Paraná, foi justificado que os dados do fluxo de visitação do Parque Estadual do Pau-Oco, não foram entregues.

Apesar de o turismo ecológico ser uma alternativa de turismo extratemporaneo, (BRAMBATTI 2011), de veraneio, sol e praia do litoral paranaense, analisamos que o período de maior frequência dos visitantes, é justamente, no período de alta temporada no litoral, caracterizado pelos meses de outubro a janeiro.

Muitos dos visitantes são adeptos do trekking e cicloturismo, e pela localidade do Sítio Vanessa, sendo a última residência da Estrada da Anhaia, a melhor estratégia a ser adotada, é a de um empreendimento gastronômico. Os visitantes permanecem grande parte do dia no Parque Estadual do Pau Oco, muitas vezes deixando de levar algo para se alimentar, retornando à cidade, famintos.

O sítio Vanessa poderá disponibilizar um serviço de café colonial, com produtos caseiros produzidos no local e produtos artesanais da comunidade e vizinhança, por exemplo doces, compotas, queijos, salames, conservas, artesanatos em fibra de bananeira, cachaça e licores; promovendo os produtores rurais e possíveis parceiros comerciais da Estrada do Anhaia. Segundo o Código Mundial de Ética do Turismo de 1999, artigo 5.1:

Art. 5.1: As populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar equitativamente nos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram, e sobretudo na criação de empregos diretos ou indiretos resultantes.

Além da localização estratégica, o Sítio Vanessa tem atrativos como trilhas internas na propriedade, área de camping e descanso com pérgolas e churrasqueira, estacionamento para os visitantes e dois banheiros privativos.

Existe apenas um empreendimento de baixa gastronomia (BAHL, VALDUGA e FERREIRA 2014), a Lanchonete Bar Beira Rio, que serve bebidas, lanches e aperitivos de preparo caseiro, localizada no início da estrada, não oferecendo concorrência ao Sítio Vanessa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho explanou-se juridicamente, os possíveis usos da propriedade bem como avaliou-se o potencial turístico do Sítio Vanessa, ilustrando atrativos à serem desenvolvidos e/ou melhorados e definir o seguimento turístico apropriado.

Entre os usos limitados, as trilhas ecológicas e pontes para travessias estão aparados pela lei LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.

Os pontos localizados fora destas áreas estão liberados para e estruturação de mirantes para observação de pássaros, criação de trilhas suspensas para arvorismo, tirolesas.

Sobre os usos recreativos das águas também é uma opção levantada, como o boia-cross, banhos e pescaria, pois a pureza das águas do rio do Padre e do Rio do Pinto estão classificadas pela Resolução CONAMA nº20, de 18 de junho de 1986, como especiais e próprias para uso humano.

Sua localização vizinha ao Parque Estadual do Pau Oco, e já estruturada área de camping, almoço com churrasqueiras e pérgula, pode receber visitantes que optem por consumir produtos artesanais, complementando a experiência do passeio.

As estruturas agrícolas do sítio e a horti-fruticultura e seu manejo, não são grandes ou inéditas o suficiente para que se desenvolva a visitação das mesmas, não estão estruturadas para maior movimentação de pessoas, descartando a possibilidade de um exclusivo turismo rural.

Já a visitação do sítio Vanessa em relação ao Ecoturismo, esta está mais propícia à realização, realizando sinalização das trilhas, manejo em pequena escala se necessário ao passar por pequeno curso d'água e construção de trilhas elevadas para facilitar o deslocamento.

Outro ponto que merece atenção especial dos poderes públicos e que foi observado com a elaboração deste trabalho refere-se à questão da infraestrutura turística do Parque Estadual do Pau Oco, como sinalização, passarelas e posto de informações turísticas e primeiros socorros, que precisa

ser ampliada, melhorada e até criada, para receber mais visitantes e ofertar-lhes segurança e condições de maior desfrute dos atrativos do parque.

Melhorando tal aspecto, pode-se afirmar que o Sítio Vanessa, em decorrência de sua posição geográfica, poderá servir, igualmente, para os visitantes que se interessem também por atrações e estruturas nele situadas, contemplando entre outras ofertas, a visitação da propriedade, consumo de produtos da gastronomia artesanal e local para lazer e descanso.

O turista que visita o parque segue o mesmo perfil do turista de veraneio do litoral paranaense, proprietário de segunda residência, permanecendo apenas um dia no atrativo, não sendo o caso de instalação de meio de hospedagem no sítio Vanessa.

Espera-se que as considerações contidas no presente trabalho de conclusão de curso, possam contribuir como referência a novos projetos de pesquisa sobre aproveitamento turístico de atrativos paisagísticos e também contribuir com a economia da comunidade do Anhaia e principalmente auxiliar na renda dos proprietários do Sítio Vanessa, ilustrando a gama de ações à serem elaboradas para que o Ecoturismo seja efetivamente implementado na propriedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Vilela de. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. 2006. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-04082009-223555/>>. Acesso em: 21/03/2016.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. NETO, Roberto Marques. Recursos paisagísticos, turismo e degradação ambiental no município de São Tomé das Letras (mg), , in TER. pag113 **Turismo no Espaço Rural: Enfoques e Perspectivas** , ORG. PORTUGUEZ, Anderson Pereira, et al. São Paulo: Rocca, 2006.

ATHIÊ, Samira, **A observação de aves e o turismo ecológico** Revista Biotemas, V.20 N4, dezembro (2007) Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/index/search/search?simpleQuery=+Samira+Athi%C3%AA+&searchField=authors> Acessado em: 19/10/2015.

BAHL, M.; VALDUGA, V.; FERREIRA, M. R.; **A Baixa Gastronomia sob o enfoque acadêmico: delineamentos para um marco teórico**. Disponível em <http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2014/arquivos/DCL/DCL5/023.pdf> ACESSADO EM: 23/06/2016.

BRAMBATTI, L.E. **Sazonalidade e Turismo Extratemporâneo no Litoral do Paraná**. UFPR, 2011.

BRAMBATTI, L. E.; ALVES, F. S.; FREITAG, A. D. **Estudo Histórico das Estradas Turísticas do Arraial e da Graciosa**. Matinhos. 2012: Disponível em : < <http://alexfreitag1.wix.com/estradahistoricas> > ACESSADO EM 10/10/2015.

Brasil. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil**: Roteirização Turística Módulo Operacional 7. Brasília. 2005. Disponível em: <<https://www.turismo.pr.gov>>. Acesso em: 18/12/2014.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da república Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> acessado em 23/06/2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da república Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> acessado em 23/06/2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.266, de 21 de novembro de 1994. Criação do Parque Estadual do Pau-Oco Localizado no Município e Comarca de Morretes Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. nº 4389 de 21/11/1994. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/atos_de_criacao/44_pau_oco.pdf> Acesso em: 21/03/2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 7.919, de 22 de outubro de 1984. Considera Área de Especial Interesse Turístico a área que especifica, situada nos Municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. nº 1895 de 24/10/1985. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/UC/leis_decretos/leia_aeit.pdf> Acesso em: 21/03/2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da república Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm> acessado em 23/06/2016.

BRASIL, **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 20, de 18 de junho de 1986**, Publicado no D.O.U. de 30/07/86 O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso IX, do Decreto 88.351, de 1º de junho de 1983, e o que estabelece a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003, de 5 de junho de 1984. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1986/06/30/Secao-1>> ACESSADO EM 23/06/2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Projeto inventário da oferta turística**. Ministério do Turismo: Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Ministério do Turismo: produtos turísticos. Brasília: 2004.

CONCEITOS Turísticos. Embratur - **Departamento de Estudos Econômicos. Divisão de Economia do Turismo**. Mar., 1992.

CUNHA, Licínio. **Avaliação do Potencial Turístico**. COGITUR, JOURNAL OF TOURISM STUDIES v. 1, n. 1(2008) <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/22>> Acessado em 27/07/2014

CRISTOFFOLI, Angelo Ricardo, Considerações sobre Planejamento Turístico e Manutenção do Patrimônio Histórico na Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim. Pág 57, in, **Turismo no Espaço Rural: Enfoques e Perspectivas**, ORG. PORTUGUEZ, Anderson Pereira, et al. São Paulo: Rocca, 2006.

DANTAS, N. G; MELO, R. S. Análise da metodologia de hierarquização de atrativos turísticos como instrumento para elaboração de roteiros turísticos no município de Itabaiana (PB). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.147-163, abr. 2011.

FENNELL, David A. **Ecoturismo**, Tradução de Inês Lothbauer. – São Paulo: Contexto, 2002. – (Coleção Turismo Contexto).

HABITZREUTER, R. R.; **A Conquista da Serra do Mar**. Editora Pinha, Curitiba, 2000.

LEÃO, E. de; **Diccionario Histórico e Geographico do Paraná**. Empreza Graphica Paranaense, Vol. I, Fascículo I, Curitiba/PR, 1926.

LINDBERG, Kreg. HAWKINS, Donald E . **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. Editora SENAC, São Paulo/SP, 1995.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. – São Paulo : Rocca, 2002.

MARTINS, R.; **História do Paraná**. Editora Guaíra Limitada, 1939.

MARTINS, R.; **Terra e Gente do Paraná**. Empreza Gráfica Paranaense Ltda, Publicação nº 4, Curitiba, 1944.

MOTTA Márcia (org.) **Dicionário da terra**. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.

PICANÇO, J. MESQUITA, M. J. **A mineração aurífera na ocupação do planalto curitibano e litoral paranaense (séculos XVI-XVIII)** GEOSUL,

Revista do Departamento de Geociências – CFH/UFSC, Florianópolis, v.27, n54, 195 p., jun./dez. 2012<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2012v27n54p116>> Acessado em: 17/12/2015

PIRES, Paulo dos Santos – A paisagem rural como recurso turístico in: **Turismo rural: práticas e perspectivas** / Adyr Balastrieri Rodrigues (organizador). – São Paulo: Contexto, 2001. – (Coleção Turismo Contexto)

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo rural e segregação socioespacial no entorno da Lagoa Juparanã. Pág 101, in, **Turismo no Espaço Rural: Enfoques e Perspectivas**, ORG. PORTUGUEZ, Anderson Pereira, et al. São Paulo: Rocca, 2006.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo Rural: Práticas e Perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. – (Coleção Turismo Contexto).

SANTOS, A. V. dos; **Chronológica Topographica, e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real – Vulgarmente Porto de Cima**. Tomo 1º, 1851. Publicação da Secção de História do Museu Paranaense, 1950.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Ecoturismo**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Fundação Florestal; autores: OLIVEIRA, Anna Carolina L. de; MATHEUS, Fabrício Scarpeta; SANTOS, Roney Perez dos; BRESSAN, Tatiana Vieira – colaboradores: SILVA, Adriana Neves da; CAMACHO, Daniel de Souza; ROBLES, Rafael Azevdo; NISI, Thereza C. Chini - - São Paulo : SMA, 2010. 43 p. : (Cadernos de Educação Ambiental, 5) <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/publicacoes/sma/5-ecoturismo.pdf>> Acessado em 17/05/2015.

STRAUBE, Fernando Costa. **AVIFAUNA DA ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE TURÍSTICO DO MARUMBI (PARANÁ, BRASIL) ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS** N. 113 – Maio/Junho de 2003 – Página 12 <<http://www.ao.com.br/>> Acessado em 19/10/2015.

TULIK, Olga. **Estratégias de Desenvolvimento do Turismo Rural**. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALC, 2000. p. 62 – 68.

WEARING, Stephen e NEIL, John. 2001. **Ecoturismo – Impactos, Potencialidades e Possibilidades**. Tradução: Carlos David Szlak. Barueri, SP. Editora Manole.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidianos em litorais e montanhas**. 2 Ed. – São Paulo : Contexto, 2001. – (Coleção Turismo Contexto).

SITES CONSULTADOS

<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/cachacas-brasileiras-conquistam-mundial-de-destillados,9f62215b5a186410VgnVCM2000003c74010aRCRD> – ACESSADO EM 23/06/2016.

<http://www.organicsnet.com.br/categoria/associados/portomorretes/> ACESSADO EM 23/06/2016.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=34198> -ACESSADO EM 13/10/2015.

<http://caminhodoarraial.blogspot.com.br/> -ACESSADO EM 13/10/2015.

<http://penhascoaventura.blogspot.com.br/2010/02/salto-da-fortuna-morretes-pr.html>- ACESSADO EM 17/03/2015.

<http://www.ipardes.gov.br/> ACESSADO EM 13/10/2015

<http://www.mineropar.pr.gov.br/> ACESSADO EM 13/10/2015

<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=288> ACESSADO EM 13/10/2015

<http://www.birdwatching-ilhabela.com.br/artigos/aobservacaodeavesnobrasil> - ACESSADO EM 25/08/2015.

http://www.cprm.gov.br/gestao/ppga_valedoribeira/Unidades%20de%20conservacao%E7%E3o%20ambiental/marumbi.htm -ACESSADO EM 13/10/2015.

<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=107> - ACESSADO EM 13/10/2015.

<http://www.nossolitoral doparana.com.br/atrativo/lista/7/25-> ACESSADO EM 21/05/2015.

<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/morretes.php>- ACESSADO EM 13/10/2015.

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2012/10/turismo-de-observacao-de-aves-ganha-forca-no-brasil-3908224.html> ACESSADO EM 25/08/2015.

<https://uc.socioambiental.org/o-snuc/quadro-comparativo-das-categorias> ACESSADO EM: 23/06/2016.

ANEXOS

ANEXO 1 DECRETO DE CRIAÇÃO PARQUE ESTADUAL DO PAU-OCO.

DECRETO Nº 4.266 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1994.

Súmula: CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO PAU-OCO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE MORRETES ESTADO DO PARANÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, item V, da Constituição Estadual e,

TENDO EM VISTA o disposto nos arts. 5º, alínea "a", da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, 225 da Constituição Federal e 207 e 208 da Constituição Estadual, Decreta:

Art. 1º - Fica criado o "PARQUE ESTADUAL DO PAU-OCO" com a área de 905,5820 ha (novecentos e cinco hectares, cinquenta e oito ares e vinte centiares), localizado no Município e Comarca de Morretes, Estado do Paraná, objeto da Matrícula nº 2757, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Morretes, integrante do patrimônio do INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, cujos limites e confrontações são descritos na referida Matrícula.

Art. 2º - Compete ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a administração do Parque, bem como promover a preservação do regime hídrico, da flora e da fauna, praticando todos os atos fiscalizatórios para o fim especial de atingir os objetivos colimador no presente Decreto.

Parágrafo único - Fica estabelecido o prazo de 2 (dois) anos para elaboração do Plano de Manejo do "Parque Estadual do Pau-Oco", a cargo do IAP, observando sua integração à Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, criado e regulamentado pela Lei Estadual nº 7.919, de 22 de outubro de 1984 e Decreto nº 5.308, de 18 de abril de 1985.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 21 de novembro de 1994, 173º da Independência e 106º da República.

MÁRIO PEREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

VITÓRIO SOROTIUK
SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

Publicado no Diário Oficial Nº 4389 de 21/11/1994

Anexo 2 - DECRETO DE CRIAÇÃO DA ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE TURÍSTICO DO MARUMBI



ESTADO DO PARANÁ

LEI N° 7.919, DE 22 DE OUTUBRO DE 1984
(D.O.E.PR. N° 1895 DE 24/10/1984)

Considera Área de Especial Interesse Turístico a área que especifica, situada nos Municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras.

- Lei n° 6.513/77, dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico;
- Decreto n° 86.176, de 06 de julho de 1981, regulamenta Lei n° 6.513/77;
- Decreto n° 5.308, de 18 de abril de 1985, regulamenta a presente Lei;
- Decretos n° 5.591 e n° 5.592, ambas de 02 de outubro de 1978, declaram áreas de preservação permanente as florestas nativas, respectivamente, da Serra do Mar e da Serra da Prata;
- Lei n° 7.389, de 12 de novembro de 1980, denominada Lei do Uso do Solo do Litoral;
- Decretos n° 2.722, de 14 de março de 1984 e n° 5.040, de 11 de maio de 1989, regulamentam a Lei n° 7.389/80.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Considera-se Área Especial de Interesse Turístico para os fins do disposto na Lei Federal n° 6.513, de 20 de dezembro de 1977, Art. 1°, incisos I, III, V e VI, área de 66.732.9900 hectares (sessenta e seis mil, setecentos e trinta e dois hectares e noventa e nove ares), situada nos Municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras, com os seguintes limites e confrontações:



ESTADO DO PARANÁ

Inicia na estação PF=0, cravada na margem direita da BR-116, no sentido Curitiba - São Paulo, na confrontação com terras do Município de Campina Grande do Sul; deste ponto, segue margeando a BR-116 neste mesmo sentido, numa distância de 630,67m, até encontrar um rio, junto à estação nº 4; seguindo por este à montante, numa distância de 83,96m, até encontrar uma estrada secundária, na estação nº 5, onde passa a seguir margeando esta estrada numa distância de 6.770,39m, até encontrar novamente a BR-116, junto a estação nº 86; deste ponto, segue pela BR-116 no sentido Curitiba - São Paulo, numa distância de 9.041,65m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação nº 163; deste ponto, por linhas secas com rumos e distâncias de $99^{\circ}57'44''$ - 42,20m, $89^{\circ}52'23''$ - 450.960m, $20^{\circ}27'56''$ - 1.396,44m, $41^{\circ}01'47''$ - 1.486,01m, $45^{\circ}19'50''$ - 1.055,45m, $7^{\circ}09'50''$ - 565,03m, até a estação 171, na margem da BR-116. Daí pela BR-116, no sentido Curitiba - São Paulo, confrontando com os Municípios de Campina Grande do Sul e Antonina, numa distância de 10.562,73m, até a estação 295, cravada na margem direita do Rio São Sebastião, onde passa a seguir por este rio, à jusante, confrontando com o Município de Antonina, numa distância de 10.966,65m, até a estação 355, cravada na Barra do Rio São Sebastião com o Rio Cachoeira, seguindo por este, à jusante, confrontando com o Município de Antonina, numa distância de 5.932,69m, até a estação 436; deste ponto segue por uma linha seca, como rumo de $176^{\circ}04'59''$ e distância de 1.570,36m, confrontando com o Município de Antonina, até a estação 437, cravada na margem esquerda do Rio Saci, seguindo por este rio, à jusante, numa distância de 393,95m, confrontando com o Município de Antonina, até a barra deste com o Rio Cachoeira, à jusante, numa distância de 2.485,30m, confrontando com o Município de Antonina, até a estação 464, cravada na barra deste rio com um outro sem denominação, onde passa a seguir por este, à montante, numa distância de 146,74m, confrontando com o Município de Antonina, até a estação 466, cravada na margem de uma estrada secundária; deste ponto, segue por esta estrada, numa distância de 5.656,81m, confrontando com o Município de Antonina, até a estação 513, cravada na margem direita do Rio Mergulhão, onde passa a seguir por este rio, à montante, confrontando com o Município de Antonina, numa distância de 1.207,95m, até a estação 540; deste ponto, segue por linhas secas com rumos e distâncias de $205^{\circ}12'17''$ - 917,34m; $230^{\circ}28'29''$ - 1.042,08m; $212^{\circ}32'00''$ - 19,10m; $220^{\circ}45'52''$ - 4.824,93m; $219^{\circ}43'48''$ - 6.866,25m; - confrontando com o Município de Antonina, até a estação 545, cravada na margem direita do Rio Mailha; deste ponto, segue pelo Rio Mailha, à



ESTADO DO PARANÁ

jusante, numa distância de 1.020,98m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 567, cravada na barra deste rio com o Rio Ipiranga, onde passa a seguir por este Rio, à jusante, numa distância de 6.587,53m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 660; deste ponto, segue por linhas secas, com rumos e distâncias de: $342^{\circ}31'23''$ - 1.358,51m; $321^{\circ}18'42''$ - 346,03m; $278^{\circ}30'59''$ - 333,58m; $201^{\circ}59'58''$ - 1.520,84m; $140^{\circ}17'58''$ - 422,53m; $69^{\circ}26'12''$ - 579,34m; confrontando com o Município de Morretes, até a estação 666, cravada na margem direita do Rio São João, onde passa a seguir por este rio, à jusante, numa distância de 5.857,86m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 790, cravada na barra deste rio com o Rio Nhundiaquara, onde passa a seguir por este rio, à montante, numa distância de 742,20m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 799; deste ponto segue com linhas secas com rumos e distâncias de: $179^{\circ}34'00''$ - 202,31m; $189^{\circ}52'06''$ - 1.203,71m; $191^{\circ}54'43''$ - 279,93m; $116^{\circ}11'18''$ - 327,88m; $199^{\circ}23'19''$ - 87,78m; confrontando com o Município de Morretes, até a estação 804, cravada na margem do Rio Baía, onde passa a seguir por este rio, à montante, numa distância de 1.615,17m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 816; cravada numa ponte da estrada de ferro sobre este rio; deste ponto, segue pela estrada de ferro, numa distância de 3.913,73m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 849; deste ponto, segue por linha seca com rumo de $161^{\circ}46'05''$ e distância de 318,70m, até a estação 850, cravada na margem direita do Rio Ipiranga, onde passa a seguir por este rio, à jusante, numa distância de 1.285,65m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 861; deste ponto, por linhas secas sucessivas, numa distância de 3.836,69m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 885, cravada na margem esquerda do Rio Bromado, onde passa a seguir por este rio, à jusante, numa distância de 440,37 m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 889, cravada na margem direita deste rio, junto a uma estrada. Daí, segue por esta estrada, numa distância de 2.286,67m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 921; deste ponto, por linhas secas com rumos e distâncias de: $303^{\circ}15'27''$ - 123,45m; $241^{\circ}18'56''$ - 1.137,72m; $191^{\circ}34'48''$ - 178,54 m; $95^{\circ}00'14''$ - 59,05m; $175^{\circ}02'31''$ - 242,06m; $101^{\circ}38'01''$ - 114,55m; $156^{\circ}24'30''$ - 104,32m; $124^{\circ}52'35''$ - 139,99m; $158^{\circ}48'04''$ - 168,61m; $71^{\circ}46'05''$ - 454,13m; $88^{\circ}55'19''$ - 1.649,36m; $144^{\circ}18'02''$ - 1.280,48m; $203^{\circ}58'08''$ - 2.454,24m; $219^{\circ}14'03''$ - 1.712,57m; confrontando com o Município de Morretes, até a estação 935, cravada na margem esquerda do Rio Pinto onde passa a seguir por este rio, à jusante, numa distância de 621,02m, até a estação



ESTADO DO PARANÁ

943, cravada na barra deste rio com o Rio dos Padres; daí, pelo Rio dos Padres, à montante, numa distância de 2.768,62m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 973, cravada numa ponte da BR - 277 (trecho Paranaguá - Curitiba) sobre este rio; deste ponto, segue pela BR - 277, no sentido Paranaguá - Curitiba, numa distância de 1.158,70m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 979, cravada no entroncamento desta BR, com um trecho antigo da mesma, seguindo pelo antigo trecho BR - 277, numa distância de 1.030,96m, confrontando com o Município de Morretes, até encontrar novamente a BR - 277, na estação 992; deste ponto atravessa a BR - 277 e segue pela mesma, numa distância de 9.759,48m, confrontando com os Municípios de Morretes e São José dos Pinhais, até a estação 1.043, cravada no entroncamento da BR - 277 com a estrada secundária. Daí segue por esta estrada, numa distância de 4.721,71m, confrontando com o Município de São José dos Pinhais, até a estação 1.129; deste ponto, segue por linhas secas sucessivas numa distância de 1.505,77m, confrontando com o Município de São José dos Pinhais, até a estação 1.156, cravada na margem de uma estrada secundária; deste ponto, segue por esta estrada, numa distância de 2.903,62m, confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 1.214, cravada na margem de um rio sem denominação, seguindo por este, à jusante, numa distância de 3.526,67m, confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 1.306, cravada na barra deste rio com o Rio Piraquara; daí, pelo Rio Piraquara, à montante, numa distância de 277,57m, confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 1.312, deste ponto, segue por linhas secas com rumos e distâncias de: 65°16'12" - 24,86m; 47°30'23" - 21,00m; 49°58'52" - 30,95m; confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 1.315, cravada na margem do Rio Piraquara, onde passa a seguir pela margem esquerda da represa do Rio Caiguava, numa distância de 27.754,36m, confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 2.130, cravada na margem da estrada de ferro; daí, segue pela estrada de ferro, uma distância de 7.410,22m, confrontando com os Municípios de Piraquara e Quatro Barras, até a estação 2.189; desta, por linha seca de rumo 359°23'07" com 23,30m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.190, cravada na margem de um rio sem denominação, seguindo por este rio, à montante, numa distância de 314,66m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.193; deste ponto, segue por linha seca com rumo 56°18'07" com distância de 1.447,32m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.194, cravada na margem de um córrego, seguindo por este, numa distância de 488,39m, confrontando com o Município de Quatro



ESTADO DO PARANÁ

Barras, até a estação 2.200; deste ponto, segue por linhas secas sucessivas, numa distância de 7.011,77m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.237, cravada na margem de uma ponte sobre o Rio Taquari; deste ponto segue por uma estrada, numa distância de 2.274,75m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.265; deste ponto segue por linhas secas sucessivas, numa distância de 3.417,96m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.320, cravada na margem de uma estrada, seguindo por esta com o rumo de $268^{\circ}58'08''$ e distância de 38,90m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.321, cravada numa ponte desta estrada sobre o Rio Taquari; daí, atravessa esta estrada e segue margeando o Rio Taquari, à jusante, numa distância de 6.485,58m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.416; deste ponto, segue por linha seca com rumo de $57^{\circ}23'06''$ e distância de 420,41m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.417, cravada na margem de uma estrada, seguindo por esta, numa distância de 546,58m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.421; deste ponto, segue por linhas secas com rumos e distâncias de $49^{\circ}32'06''$ - 298,16m, e $21^{\circ}59'59''$ - 367,67m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.423, cravada na margem de uma estrada, seguindo por esta, numa distância de 955,41m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.430, cravada na margem do Rio Bonito; daí, seguindo pelo Rio Bonito, à jusante, numa distância de 7.348,43m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.616, cravada na margem da BR-116, trecho Curitiba - São Paulo, seguindo pela mesma no sentido Curitiba - São Paulo, numa distância de 3.240,36m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 0 = PP = 2.634, onde teve início a presente descrição, perfazendo um total de 219.186,33m.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas disciplinando o controle e as condições para a ocupação do solo, considerando os aspectos referentes aos bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, à proteção dos recursos naturais renováveis, às paisagens notáveis, e às localidades e acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer.

Parágrafo único - As normas administrativas necessárias ao cumprimento desta Lei, serão especificadas através de decreto no



ESTADO DO PARANÁ

prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a permutar áreas devolutas ou patrimoniais por imóveis particulares compreendidos dentro do perímetro mencionado no Art. 1º, desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de outubro de 1984

JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

CLAUS MAGNO GERMER
Secretário de Estado da Agricultura

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

Anexo 3 – Declaração de Posse

DECLARAÇÃO DE POSSE

Nós, abaixo-assinados, declaramos, na qualidade:

(X) confrontantes, () condôminos, que reconhecemos a posse mantida por Josefa de Lima Pereira

no imóvel denominado Cabrestante -

município de Morretes - PR, cuja ocupação, mansa e pacífica,

é exercida sobre a área de _____ (_____)

_____, hectares, conforme croqui no verso, sendo as divisas definidas e respeitadas, inexistindo quaisquer litígios possessórios, divisórios ou dominiais.

E, para que seus jurídicos e legais efeitos, assinamos o presente.

Morretes - Paraná, _____ de _____ de 19 _____

<p>_____ NOME:</p> <p>_____ IDENTIDADE:</p> <p>X <u>Albano</u> NOME:</p> <p>IDENTIDADE: <u>RG. 371-540</u></p> <p><u>Adilson José Ramos</u> NOME:</p> <p>IDENTIDADE: <u>RG. 3407.2833</u></p>	<p>_____ NOME:</p> <p>_____ IDENTIDADE:</p> <p>X <u>Waldemir V. dos Santos</u> NOME:</p> <p>IDENTIDADE: <u>RG 5.520.241-0</u></p> <p><u>Odival Real</u> NOME:</p> <p>IDENTIDADE: <u>RG 1013486</u></p>
---	--


ADVERTÊNCIA: Assume o requerente, total responsabilidade na conferência das assinaturas e, por tanto, na veracidade das informações, prestadas, podendo ser responsabilizado penal e civilmente, caso, sejam constatadas irregularidades na declaração.

CIENTE: Josefa de Lima Pereira
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO
IDENTIDADE:

Cód. 04.00.08

— SEGUE NO VERSO —

Anexo 4 : solicitação de domínio do imóvel

 **Poder Judiciário**
Comarca de Morretes - Paraná
Ofício Cível

Vistos, etc.

I - RELATÓRIO

JOSEFA DE LIMA PEREIRA E OUTROS, todos qualificados nos autos, ajuizaram a presente AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO, registrada sob o nº 186/2004.

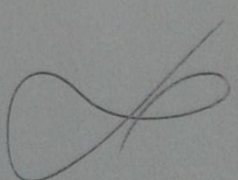
Alegaram, em síntese, manter posse exclusiva de forma mansa, pacífica e ininterrupta, e com "animus domini", sobre um terreno situado na localidade de Cabrestante, nesta comarca.

Requereram a procedência do pedido inicial, para o fim de ser declarado o domínio do imóvel, expedindo-se o competente mandado.

Juntaram documentos.

Foi realizada a citação dos confrontantes, fazendas públicas, e réus incertos e desconhecidos, sendo que somente o ESTADO DO PARANÁ apresentou resposta ao pedido inicial, tendo alegado

1





Poder Judiciário

Comarca de Morretes - Paraná

Ofício Cível

que o imóvel usucapiendo ocupava parte da faixa de domínio da rodovia federal BR 277, mas posteriormente, com a retificação da área, não opôs ao pedido inicial.

Seguiu-se a realização de audiência de instrução e julgamento, ocasião em que foi ouvido o Requerente EDEMILSON e duas testemunhas. Na mesma oportunidade foi requerido acolhimento do pedido inicial.

Dada vista ao Ministério Público, pugnou pela declaração do domínio, em vista do atendimento de todos os requisitos legais.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de ação de usucapião extraordinário, cuja resistência oposta pelo Estado do Paraná foi afastada em certo momento.

O sucesso neste tipo de ação depende do preenchimento dos seguintes requisitos: 1) posse mansa, pacífica e ininterrupta por pelo menos quinze anos; 2) coisa usucapável; 3) *animus domini*.

Pela análise dos autos, vê-se que os Requerentes demonstraram o preenchimento de tais requisitos.

Primeiramente, consta que a aquisição da posse se deu há mais de trinta anos, quando a primeira Requerente deu início à vida conjugal com seu falecido esposo.

A partir da aquisição, segundo revelado pela prova oral (vide CD que acompanha o processo), os Requerentes passaram a exercer os poderes inerentes ao domínio, com manutenção da estrutura existente e ampliação da mesma.



Poder Judiciário

Comarca de Morretes - Paraná

Ofício Cível

Nesse sentido o depoimento de JAMIL SANTOS DA COSTA, o qual declarou perante este juízo que os Requerentes residem e produzem naquele local há mais de trinta e cinco anos, sendo reconhecidos pelos demais moradores como proprietários da área. Acrescentou desconhecer qualquer litígio envolvendo o imóvel usucapiendo.

ADILSON RAMOS informou para este juízo que o imóvel é preservado pelos Requerentes e que nunca chegou ao seu conhecimento litígio envolvendo a área.

O Requerente EDEMILSON disse que é nascido e criado no local, tendo esclarecido que juntamente com seus irmãos pretende estabelecer uma Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN no local. Esclareceu que a posse nunca foi contestada.

De tais depoimentos se extrai também que a posse foi exercida de forma mansa, pacífica e ininterrupta, por mais de quinze anos, se somada a posse dos Requerentes e antecessores, pois todos os depoentes disseram desconhecer qualquer litígio com vizinhos ou terceiros.

De acordo com o conjunto probatório, foi dada destinação econômica à área, visto que é utilizada para moradia e produção agrícola.

Segundo CAIO MARIO DA SILVA PEREIRA (Instituições de Direito Civil, Forense, 2ª Edição, p. 105), "A posse *ad usucapionem* é aquela que se exerce com intenção de dono - *cum animo domini*. Este requisito psíquico de tal maneira se integra na posse, que adquire tönus de essencialidade. De início, afasta-se a mera detenção, pois, conforme visto acima (n.º 285 supra) não se confunde ela com a posse, uma vez que lhe falta a vontade de tê-la. E exclui, igualmente, toda posse que não se faça acompanhar de ter a coisa para si - *animus rem sibi habendi*, como por exemplo a posse direta do locatário, do usufrutuário, do credor pignoratício, que, tendo embora o *ius possidendi*, que os habilita a invocar os interditos para defesa de sua situação de possuidores contra terceiros e até contra o possuidor indireto (proprietário), não têm nem podem ter a faculdade de usucapir. E é óbvio, pois aquele que possui com base num título que o obriga a restituir desfruta de uma situação



Poder Judiciário

Comarca de Morretes - Paraná
Ofício Cível

incompatível com a aquisição da coisa para si mesmo..."

Tem-se também, que de acordo com as respostas acostadas pelas fazendas públicas, trata-se de bem particular, sujeito à prescrição aquisitiva, com a ressalva solicitada pela União.

Assim, demonstrada satisfatoriamente a ocorrência da prescrição aquisitiva, é o caso de acolhimento do pedido inicial.

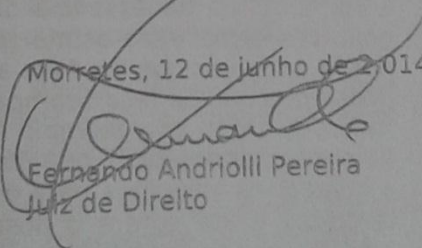
III – DECISÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 1238 do Código Civil de 2.002, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para o fim de DECLARAR O DOMÍNIO em favor dos Requerentes, qualificado nos autos, sobre o imóvel rural, objeto do memorial descritivo de fls. 220/227 e mapa de fl. 224.

Fica ressalvado o direito de propriedade da UNIÃO FEDERAL sobre terreno de marinha e acrescidos identificados após o estabelecimento da linha de preamar média - LPM, sem qualquer direito de indenização aos Requerentes frente ao ente público.

1) P.R.I.; 2) certificado o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de registro para o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, com a observação supra quanto a LPM, independentemente do pagamento de tributos, pois se trata de aquisição originária, e menção expressa que o registro decorre de sentença declaratória exarada em ação de usucapião (Lei n.º 6.015/73, arts. 167, inc. I, n.º 28, e art. 226).

Morretes, 12 de junho de 2014.


Fernando Andriolli Pereira
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Aos 16 dias do mês de 06 do ano de 2014, recebi estes autos nesta Vara Cível e Anexos. Do que para constar lavrei o presente termo. Eu [Assinatura]

Anexo 5: Lista de espécies de aves registrada na Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi.

	1	2	3	4	5	6
ORDEM TINAMIFORMES						
FAMÍLIA TINAMIDAE						
<i>Tinamus solitarius</i>	x	x	x	x	x	x
<i>Crypturellus obsoletus</i>	x	x		x	x	x
<i>Crypturellus parvirostris</i>		x				
<i>Crypturellus tataupa</i>	x					x
ORDEM PODICIPEDIFORMES						
FAMÍLIA PODICIPEDIDAE						
<i>Tachybaptus dominicus</i>				x	x	x
ORDEM PELECANIFORMES						
FAMÍLIA PHALACROCORACIDAE						
<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	x	x	x	x		x
ORDEM CICONIIFORMES						
FAMÍLIA ARDEIDAE						
<i>Syrigma sibilatrix</i>				x		x
<i>Egretta alba</i>			x			x
<i>Egretta thula</i>						x
<i>Bubulcus ibis</i>						x
<i>Butorides striatus</i>	x			x		x
<i>Nycticorax nycticorax</i>						x
<i>Tigrisoma lineatum</i>						x
ORDEM ANSERIFORMES						
FAMÍLIA ANATIDAE						
<i>Cairina moschata</i>				x		
<i>Amazonetta brasiliensis</i>		x		x		
<i>Nomonyx dominica</i>				x		
ORDEM FALCONIFORMES						
FAMÍLIA CATHARTIDAE						
<i>Coragyps atratus</i>		x	x	x	x	x
<i>Cathartes aura</i>		x		x	x	x
FAMÍLIA ACCIPITRIDAE						
<i>Elanus leucurus</i>		x		x		
<i>Elanoides forficatus</i>		x	x	x	x	x
<i>Leptodon cayanensis</i>						x
<i>Accipiter poliogaster</i>						x
<i>Accipiter striatus</i>			x		x	
<i>Buteo magnirostris</i>		x	x	x	x	x
<i>Buteo leucorhous</i>				x		
<i>Leucopternis polionota</i>			x	x	x	x
<i>Spizaetus tyrannus</i>		x				
FAMÍLIA FALCONIDAE						
<i>Micrastur semitorquatus</i>		x				x
<i>Micrastur ruficollis</i>		x				x
<i>Milvago chimachima</i>		x	x	x	x	x
<i>Caracara plancus</i>				x	x	x
ORDEM GALLIFORMES						
FAMÍLIA CRACIDAE						
<i>Penelope obscura</i>	x	x	x	x	x	x

FAMÍLIA PHASIANIDAE						
<i>Odontophorus capueira</i>	x	x	x	x	x	x
ORDEM GRUIFORMES						
FAMÍLIA RALLIDAE						
<i>Rallus nigricans</i>		x		x		x
<i>Aramides cajaneus</i>	x		x		x	
<i>Aramides saracura</i>	x	x	x	x	x	x
<i>Laterallus melanophatus</i>						x
<i>Gallinula chloropus</i>		x		x		
ORDEM CHARADRIIFORMES						
FAMÍLIA JACANIDAE						
<i>Jacana jacana</i>		x		x		x
FAMÍLIA CHARADRIIDAE						
<i>Vanellus chilensis</i>		x		x		x
ORDEM COLUMBIFORMES						
FAMÍLIA COLUMBIDAE						
<i>Columba plumbea</i>	x	x		x	x	x
<i>Columba talpacoti</i>		x			x	x
<i>Leptotila verreauxi</i>		x			x	x
<i>Leptotila rufaxilla</i>		x		x	x	
<i>Geopelia montana</i>		x	x		x	x
ORDEM PSITTACIFORMES						
FAMÍLIA PSITTACIDAE						
<i>Pyrrhura frontalis</i>	x	x		x	x	x
<i>Forpus xanthopterygius</i>	x		x	x	x	x
<i>Brotogeris tirica</i>	x	x	x	x	x	x
<i>Pionopsitta pileata</i>		x		x	x	x
<i>Pionus maximiliani</i>	x		x	x	x	x
ORDEM CUCULIFORMES						
FAMÍLIA CUCULIDAE						
<i>Piaya cayana</i>	x	x	x	x	x	x
<i>Crotophaga ani</i>	x	x	x	x	x	x
<i>Guiraca guiraca</i>		x		x		x
<i>Tapera naevia</i>	x		x	x	x	x
<i>Dromococcyx pavoninus</i>						x
ORDEM STRIGIFORMES						
FAMÍLIA TYTONIDAE						
<i>Tyto alba</i>						x
FAMÍLIA STRIGIDAE						
<i>Otus choliba</i>	x	x	x	x	x	x
<i>Otus sanctacatharinae</i>				x		
<i>Pulsatrix koenigswaldiana</i>		x				
<i>Speotyto cunicularia</i>			x			
<i>Ciccaba virgata</i>						x
<i>Strix hylophila</i>		x			x	x
<i>Rhinopteryx clamator</i>					x	x
ORDEM CAPRIMULGIFORMES						
FAMÍLIA NYCTIBIDAE						

<i>Nyctibius griseus</i>	x		x	x
FAMILIA CAPRIMULGIDAE				
<i>Lurocais semitorquatus</i>	x	x	x	x
<i>Podager nacunda</i>		x		x
<i>Nyctidromus albigularis</i>				x
<i>Caprimulgus longirostris</i>			x	
<i>Macropsalis forcipata</i>			x	
ORDEM APODIFORMES				
FAMILIA APODIDAE				
<i>Streptoprocne zonaris</i>		x	x	x
<i>Chaetura cinereiventris</i>	x	x	x	x
<i>Chaetura meridionalis</i>			x	x
ORDEM TROCHILIFORMES				
FAMILIA TROCHILIDAE				
<i>Ramphodon naevius</i>	x	x	x	x
<i>Phaethornis eurhynchos</i>	x	x	x	x
<i>Phaethornis squalidus</i>			x	x
<i>Eupetomena macroura</i>				x
<i>Melanotrochilus fuscus</i>	x	x	x	x
<i>Colibri serripes</i>	x			
<i>Anthracoceros nigrigularis</i>		x		x
<i>Stephanoxis loddigesii</i>	x	x		
<i>Lophornis magnificus</i>			x	
<i>Lophornis chalybeus</i>				x
<i>Chlorostilbon aureoventris</i>	x	x	x	x
<i>Thalurania glaucopis</i>	x	x	x	x
<i>Leucochloris albicollis</i>	x	x	x	x
<i>Amazilia versicolor</i>	x	x	x	x
<i>Amazilia fimbriata</i>				x
<i>Aphantochroa cirrochloris</i>		x		x
<i>Cytoloma rubricauda</i>	x	x	x	x
<i>Calliphlox amethystina</i>	x			
ORDEM TROGONIFORMES				
FAMILIA TROGONIDAE				
<i>Trogon viridis</i>	x	x		x
<i>Trogon rufus</i>	x	x	x	
<i>Trogon surrucura</i>	x	x	x	x
ORDEM CORACIIFORMES				
FAMILIA ALCEDINIDAE				
<i>Ceryle torquata</i>		x	x	x
<i>Chloroceryle amazona</i>	x	x		x
<i>Chloroceryle americana</i>	x	x		
ORDEM PICIFORMES				
FAMILIA BUCCONIDAE				
<i>Notharcus macrorhynchos</i>				x
<i>Nystalus chacuru</i>	x			
<i>Malacoptila striata</i>	x			x
FAMILIA RAMPHASTIDAE				
<i>Selenidera maculirostris</i>	x			x
<i>Baillonius bailloni</i>				x
<i>Ramphastos vitellinus</i>	x	x		x
<i>Ramphastos dicolorus</i>	x	x	x	x
<i>Ramphastos toco</i>				x
FAMILIA PICIDAE				
<i>Picumnus temminckii</i>	x	x	x	x

<i>Picumnus nebulosus</i>	x	x		
<i>Melanerpes flavifrons</i>		x	x	x
<i>Melanerpes candidus</i>				x
<i>Veniliornis spilogaster</i>	x	x	x	x
<i>Piculus aurulentus</i>		x	x	
<i>Piculus flavigula</i>				x
<i>Colaptes campestris</i>	x	x		x
<i>Colaptes melanochloros</i>				x
<i>Celeus flavescens</i>	x			x
<i>Dryocopus lineatus</i>				x
<i>Campephilus robustus</i>				x
ORDEM PASSERIFORMES				
FAMILIA DENDROCOLAPTIDAE				
<i>Dendrocincia fuliginosa</i>	x	x	x	x
<i>Sittasomus griseicapillus</i>		x	x	x
<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	x	x	x	x
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	x	x	x	x
<i>Lepidocolaptes falcinellus</i>		x	x	
<i>Lepidocolaptes fuscus</i>		x	x	x
<i>Campylorhamphus falcularius</i>	x	x		
FAMILIA FURNARIIDAE				
<i>Furnarius rufus</i>	x	x	x	x
<i>Leptasthenura setaria</i>		x	x	
<i>Synallaxis ruficapilla</i>	x	x	x	x
<i>Synallaxis spixi</i>		x	x	x
<i>Synallaxis cinerascens</i>			x	
<i>Cranioleuca obsoleta</i>		x	x	
<i>Cranioleuca pallida</i>			x	
<i>Anumbius annumbi</i>			x	
<i>Anabazenops fuscus</i>	x			
<i>Syndactyla rufosuperciliata</i>		x	x	x
<i>Anabacerthia amaurotis</i>			x	x
<i>Philydor atricapillus</i>	x	x	x	x
<i>Philydor rufus</i>		x	x	x
<i>Philydor lichtensteini</i>				x
<i>Automolus leucophthalmus</i>	x	x	x	
<i>Cichlocolaptes leucophrys</i>	x		x	x
<i>Helioobolus contaminatus</i>			x	x
<i>Xenops minutus</i>	x			x
<i>Sclerurus scansor</i>			x	x
<i>Lochmias nematura</i>		x	x	x
FAMILIA FORMICARIIDAE				
<i>Hypoedaleus guttatus</i>				x
<i>Batara cinerea</i>	x	x	x	x
<i>Mackenziaena leachii</i>	x	x		
<i>Mackenziaena severa</i>				x
<i>Thamnomophilus caeruleus</i>	x	x	x	x
<i>Thamnomophilus ruficapillus</i>			x	
<i>Dysithamnus stictothorax</i>	x			
<i>Dysithamnus mentalis</i>		x	x	x
<i>Dysithamnus xanthopterus</i>	x			
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i>				x
<i>Myrmotherula gularis</i>	x	x	x	x
<i>Myrmotherula unicolor</i>				x
<i>Drymophila rubricollis</i>			x	
<i>Drymophila ferruginea</i>	x	x		x
<i>Drymophila ochropyga</i>	x			
<i>Drymophila malura</i>	x	x	x	
<i>Drymophila squamata</i>	x	x		x

<i>Terenura maculata</i>	x				x
<i>Pyrgilena leucoptera</i>	x	x	x	x	x
<i>Myrmeciza squamosa</i>	x	x		x	x
<i>Formicarius colma</i>	x	x			x
<i>Chamaeza campanisona</i>	x	x	x	x	x
<i>Chamaeza ruficauda</i>			x		
<i>Hyllopezus nattereri</i>		x			
<i>Grallaria varia</i>	x		x	x	
<i>Conopophaga lineata</i>	x	x	x	x	x
<i>Conopophaga melanops</i>	x	x	x	x	x
FAMILIA RHINOCRYPTIDAE					
<i>Merulaxis ater</i>			x		
<i>Psiloramphus guttatus</i>					x
<i>Scytalopus speluncae</i>			x		
<i>Scytalopus indigoticus</i>	x	x	x	x	x
FAMILIA TYRANNIDAE					
<i>Phyllomyias fasciatus</i>				x	
<i>Phyllomyias griseicapilla</i>					x
<i>Xanthomyias virescens</i>					x
<i>Campyostoma obscurum</i>			x		
<i>Elaenia flavogaster</i>			x		
<i>Elaenia parvirostris</i>	x				
<i>Elaenia mesoleuca</i>		x			
<i>Elaenia obscura</i>					x
<i>Mionectes rufiventris</i>	x	x	x	x	x
<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	x		x	x	x
<i>Phylloscartes ventralis</i>	x	x	x		
<i>Phylloscartes paulista</i>				x	
<i>Phylloscartes eustalei</i>	x	x		x	x
<i>Phylloscartes difficilis</i>			x	x	
<i>Myiornis auricularis</i>					x
<i>Hemitriccus obsolens</i>			x		
<i>Hemitriccus orbitatus</i>	x				x
<i>Todirostrum plumbeiceps</i>	x	x	x	x	
<i>Todirostrum poliocephalum</i>	x	x			x
<i>Tolmomyias sulphureus</i>	x		x	x	
<i>Platyrinchus leucorhynchus</i>	x				
<i>Platyrinchus mystaceus</i>	x		x	x	x
<i>Onychorhynchus swainsoni</i>			x	x	
<i>Myiobius atricaudus</i>	x				
<i>Contopus cinereus</i>					x
<i>Lathrotriccus eulerti</i>	x	x	x	x	x
<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	x				
<i>Pyrocephalus rubinus</i>	x				
<i>Heteroxolmis dominicana</i>			x		
<i>Knipolegus cyanirostris</i>			x		
<i>Knipolegus nigerrimus</i>			x	x	
<i>Colonia colonus</i>	x	x	x	x	x
<i>Satrapa icterophrys</i>	x				
<i>Hirundinea ferruginea</i>			x	x	
<i>Machetornis rixosa</i>					x
<i>Muscipipra vetula</i>		x	x		
<i>Attila phoenicurus</i>	x	x	x	x	
<i>Attila rufus</i>	x	x	x	x	x
<i>Syriztes sibilator</i>	x				x
<i>Myiarchus swainsoni</i>			x		
<i>Myiarchus sp.</i>		x			
<i>Tyrannus savana</i>					x
<i>Tyrannus melancholicus</i>	x	x	x	x	x
<i>Empidonotus varius</i>		x	x	x	x
<i>Megarynchus pitangua</i>	x	x	x	x	x

<i>Conopias trivirgata</i>					x
<i>Myiodynastes maculatus</i>	x	x	x	x	x
<i>Myiozetetes similis</i>	x	x			x
<i>Legatus leucophatus</i>	x	x			
<i>Pitangus sulphuratus</i>	x	x	x	x	x
<i>Pachyrhamphus viridis</i>		x			x
<i>Pachyrhamphus castaneus</i>			x	x	x
<i>Pachyrhamphus polychropterus</i>	x	x	x		
<i>Pachyrhamphus validus</i>	x	x	x	x	x
<i>Tityra cayana</i>	x	x			x
<i>Tityra inquisitor</i>	x				x
FAMILIA PIPRIDAE					
<i>Schiffornis virescens</i>	x	x	x	x	x
<i>Manacus manacus</i>		x			x
<i>Ilicura militaris</i>				x	x
<i>Chiroxiphia caudata</i>	x	x	x	x	x
<i>Piprites chloris</i>					x
FAMILIA COTINGIDAE					
<i>Carpornis cucullatus</i>	x	x	x		
<i>Procnias nudicollis</i>	x	x	x		
<i>Pyroderus scutatus</i>					x
FAMILIA OXYRUNCIDAE					
<i>Oxyruncus cristatus</i>	x	x	x	x	x
FAMILIA HIRUNDINIDAE					
<i>Tachycineta leucorhoa</i>			x		
<i>Progne tapera</i>	x	x			
<i>Progne chaibyea</i>			x	x	x
<i>Notiochelidon cyanoleuca</i>	x	x	x	x	x
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	x	x	x	x	x
<i>Riparia riparia</i>					x
FAMILIA TROGLODYTIDAE					
<i>Troglodytes musculus</i>	x	x	x	x	x
<i>Thryothorus longirostris</i>					x
FAMILIA TURDIDAE					
<i>Platycichla flavipes</i>	x	x	x	x	x
<i>Turdus subalaris</i>		x			
<i>Turdus rufiventris</i>	x	x	x	x	x
<i>Turdus leucomelas</i>					x
<i>Turdus amaurochalinus</i>	x	x			x
<i>Turdus albicollis</i>	x	x	x	x	x
FAMILIA SYLVIIDAE					
<i>Ramphocaenus melanurus</i>					x
FAMILIA EMBERIZIDAE					
<i>Zonotrichia capensis</i>	x	x	x	x	x
<i>Haplospiza unicolor</i>		x	x	x	
<i>Donacospiza albifrons</i>		x	x		
<i>Poospiza lateralis</i>		x	x		
<i>Poospiza thoracica</i>		x			
<i>Sicalis flaveola</i>		x	x		x
<i>Sicalis luteola</i>			x		
<i>Emberizoides herbicola</i>			x		
<i>Embernagra platensis</i>			x		
<i>Volatinia jacarina</i>		x	x		
<i>Sporophila frontalis</i>				x	x
<i>Sporophila caerulescens</i>		x		x	x

<i>Oryzoborus angolensis</i>					x
<i>Amaurospiza moesta</i>			x	x	
<i>Saltator fuliginosus</i>					x
<i>Saltator similis</i>	x	x	x	x	x
<i>Saltator maxillozus</i>		x	x		
<i>Passerina brissonii</i>	x	x			
<i>Passerina glaucocerulea</i>		x			
<i>Cissopis leveriana</i>				x	
<i>Orchesticus abelii</i>		x		x	
<i>Pyrrhocomma ruficeps</i>		x			
<i>Hemithraupis ruficapilla</i>	x	x	x	x	x
<i>Orthogonys chloricterus</i>				x	x
<i>Tachyphonus coronatus</i>	x	x	x	x	x
<i>Tachyphonus cristatus</i>	x	x		x	x
<i>Trichothraupis melanops</i>	x	x	x	x	x
<i>Habia rubica</i>	x	x	x	x	x
<i>Thraupis sayaca</i>	x	x	x	x	x
<i>Thraupis cyanocephala</i>	x	x	x		
<i>Thraupis palmarum</i>		x	x	x	
<i>Thraupis ornata</i>					x
<i>Stephanophorus diadematus</i>		x	x	x	
<i>Pipraeidea melanonota</i>		x			
<i>Euphonia violacea</i>	x	x	x	x	x
<i>Euphonia chalybea</i>			x		
<i>Euphonia pectoralis</i>		x	x	x	x
<i>Tangara seledon</i>	x	x	x	x	x
<i>Tangara cyanocephala</i>	x	x	x	x	x
<i>Tangara pretiosa</i>			x		
<i>Tangara desmaresti</i>		x	x	x	
<i>Dacnis cayana</i>		x	x	x	x
<i>Chlorophanes spiza</i>	x				x

<i>Tersina viridis</i>	x	x			x
FAMÍLIA PARULIDAE					
<i>Parula pitiayumi</i>	x	x			
<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	x	x	x	x	x
<i>Basileuterus culicivorus</i>	x	x	x	x	x
<i>Basileuterus leucoblepharus</i>	x	x	x	x	
<i>Phaeothlypis rivularis</i>	x	x	x	x	x
<i>Coereba flaveola</i>		x	x	x	x
FAMÍLIA VIREONIDAE					
<i>Cyclarhis guianensis</i>	x	x	x	x	x
<i>Vireo chivi</i>	x	x	x	x	x
<i>Myiophobus poicilotis</i>	x	x	x	x	
FAMÍLIA ICTERIDAE					
<i>Cacicus haemorrhous</i>	x	x			x
<i>Cacicus chrysopterus</i>	x	x	x		
<i>Leistes superciliosus</i>					x
<i>Molothrus bonariensis</i>	x	x			x
FAMÍLIA FRINGILLIDAE					
<i>Carduelis magellanica</i>	x	x			
FAMÍLIA PLOCEIDAE					
<i>Passer domesticus</i>					x
FAMÍLIA CORVIDAE					
<i>Cyanocorax caeruleus</i>	x	x			x

Quadro Comparativo entre Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Uso Sustentável

	Floresta	Reserva Extrativista	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Reserva de Fauna	Área de Relevante Interesse Ecológico	Área Proteção Ambiental	RPPN
Objetivos principais além da conservação	pesquisa e produção de madeireiros e não madeireiros de espécies nativas	proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos	proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos	pesquisas técnico-científicas sobre manejo das espécies	conservação de relevância regional, normalmente áreas com baixa ocupação humana	ordenamento territorial, normalmente áreas com ocupação humana consolidada	pesquisa, educação e ecoturismo
Processo de criação normalmente iniciado por	governo	comunidade	governo	governo	governo	governo	proprietário
Posse de terras	pública com concessão de real de uso para a comunidade	pública com concessão de real de uso para a comunidade	pública com concessão de real de uso para a comunidade e privada	pública	pública e privada	pública e privada	privada
Compatível com presença de moradores?	sim, populações tradicionais	sim, populações tradicionais	sim, populações tradicionais	sim	sim	sim	sim
Processo de regularização inclui desapropriações de terra?	sim	sim	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC	sim	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC	não
Conselho Gestor	consultivo	deliberativo	deliberativo	não há restrições, usualmente consultivo	não há restrições, usualmente consultivo	não há restrições, usualmente consultivo	não há, mas em caso de serem localizadas em mosaico de áreas protegidas, o proprietário tem direito a uma cadeira no Conselho do mesmo
Mineração permitida?	sim	não	sim	-	-	-	não
Instrumentos de gestão ordinários	plano de manejo, aprovado pelo conselho e pelo órgão gestor, plano de uso e contrato de concessão florestal	plano de manejo, aprovado pelo conselho e pelo órgão gestor e plano de uso	plano de manejo, aprovado pelo conselho e pelo órgão gestor e plano de uso	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor
Realização de Pesquisas	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	-	-

Fonte: <https://uc.socioambiental.org/o-snuc/quadro-comparativo-das-categorias> ACESSADO

EM: 23/06/2016

Quadro Comparativo entre Unidades de Conservação de Proteção Integral

Proteção Integral

	Estação Ecológica	Reserva Biológica	Parque Nacional	Monumento Natural	Refúgio da Vida Silvestre
Objetivos principais além da conservação	pesquisa	pesquisa e educação	pesquisa e educação	conservação especialmente de beleza cênica, pesquisa e educação	pesquisa e educação
Processo de criação normalmente iniciado por	governo	governo	governo	governo	governo
Posse de terras	pública	pública	pública	pública e privada	pública e privada
Compatível com presença de moradores?	não	não	não	sim	sim
Processo de regularização inclui desapropriações de terra?	sim	sim	sim	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC
Conselho Gestor	consultivo	consultivo	consultivo	consultivo	consultivo
Mineração permitida?	não	não	não	não	não
Instrumentos de gestão ordinários	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor
Realização de Pesquisas	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor

Fonte: <https://uc.socioambiental.org/o-snuc/quadro-comparativo-das-categorias> ACESSADO EM: 23/06/2016